Universidade Federal do Pará
Campus Universitário do Marajó-Breves

RELATÓRIO

SAÚDE DOS(AS) DOCENTES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE BREVES E QUESTÕES SOBRE O ENSINO REMOTO NA PANDEMIA DE COVID-19

Elaborado por

Esp. Alana Patrícia Ferreira Farias (Tec. Adm-Psicóloga)
Prof. Esp. Benedita de Jesus Coimbra Bastos
Profª Drª Cleide Carvalho de Matos
Mestre Daniel Silva Guimarães (Téc.Adm)
Prof. Dr. Esequiel Gomes da Silva
Prof. Dr. Elson de Menezes Pereira
Profª Drª Eliane Miranda Costa
Prof. Dr. Eunápio Dutra do Carmo
Esp. Marcley Xavier de Melo (Téc.Adm-Assistente Social)
Mestranda Raquel Correia de Oliveira (Téc.Adm.)
Prof. Dr. Ronaldo de Oliveira Rodrigues
Prof. Esp. Silvia Regina Costa Diniz
Mestranda Vera Lúcia Farias de Melo (Téc. Adm.)

Aprovado em 14/10/2020 na 8ª Reunião Ordinária do Conselho do CUMB

Breves-PA
Outubro/2020

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO ……...…….....…..... 02
2. PERFIL DOS(AS) DOCENTES ….……..... 04
3. ASPECTOS SOBRE MORADIA E RESPONSABILIDADE DOS(AS) DOCENTES DURANTE A PANDEMIA …….…..... 09
4. SITUAÇÕES DE INFECÇÃO E ÓBITOS POR COVID-19 ……....……. 16
5. SAÚDE E ASPECTOS PSICOSSOCIAIS ……... 22
6. ASPECTOS DO COTIDIANO DOS(AS) DOCENTES DURANTE A PANDEMIA 27
7. ACESSO À INTERNET E ELUCIDAÇÕES SOBRE O ENSINO REMOTO ..… 32
8. PERCEPÇÕES SOBRE O TEMA DA PESQUISA ……..……..…….. 39
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS ……..……...……. 41
REFERÊNCIAS ……....…..…… 44

1. INTRODUÇÃO

Em virtude do alto índice de pessoas contaminadas pelo novo coronavírus, no município de Breves, fazendo com que a cidade se tornasse notícia na grande imprensa local e nacional, impressa e televisiva, e em função da necessidade de implantação do Ensino Remoto Emergencial durante a crise sanitária, a Coordenação Geral do *Campus* Universitário do Marajó-Breves, por meio de Grupos de Trabalhos formados por seus docentes, técnicos(as)-administrativos(as), discentes e por colaboradores externos, da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) e da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), elaborou e aplicou alguns questionários[1], com vistas a investigar vários segmentos sociais relativamente aos impactos da pandemia em suas vidas e nas de seus familiares, no que se refere ao bem-estar físico, emocional e social, bem como obter e analisar informações acerca do uso de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) e acesso à internet.

O presente relatório é originário de um destes questionários, apresentado aos(às) professores(as) vinculados(as) à Secretaria Municipal de Educação de Breves, contendo 39 questões, que deveriam ser respondidas no período de 17 a 28 de setembro. As questões contemplavam aspectos referentes à atuação profissional (tempo em sala de aula ou em cargos de gestão, natureza do vínculo, etc.), condições de habitação (quantidade de pessoas que moram no mesmo domicílio, quantidade pessoas com quem divide – se divide – o cômodo em que dorme, etc.), rotina na vida familiar, incluindo responsabilidades nos afazeres da casa ou com pessoas que necessitam de cuidados.

Mais especificamente relacionada à crise sanitária, os(as) professores(as) foram indagados(as) sobre a existência e a quantidade, em seus grupos familiares, de pessoas infectadas, sobre o atendimento (se conseguiram ou não) na rede de saúde, sobre o número de óbitos (caso houve) em seus grupos familiares e sobre sua saúde mental e ânimo após o surgimento da pandemia.

Relativamente à possibilidade de implementação do Ensino Remoto Emergencial durante a pandemia, perguntava-se sobre as condições de acesso à internet por parte dos(as) entrevistados(as), sobre os dispositivos utilizados para se conectar, bem como acerca de suas experiências com ensino remoto/virtual e suas condições trabalhar dessa forma, caso necessário.

[1] Disponíveis em <campusbreves.ufpa.br>, no link “Informação” > “Publicações”.

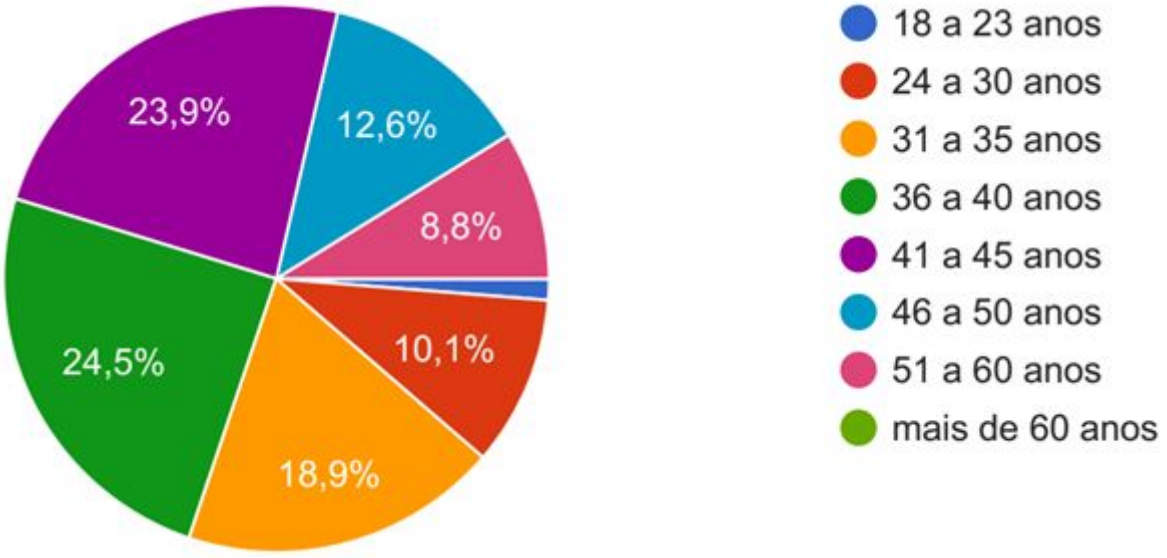
Embora amplamente divulgado em grupos de WhatsApp e redes sociais, obtivemos retorno de apenas 159 docentes. A análise das respostas segue no relatório ora apresentado, que mostra também os anseios dos(as) professores(as) no que se refere ao retorno às atividades presenciais, considerando as condições estruturais das escolas em que atuam.

2. PERFIL DOS(AS) DOCENTES

Os(as) professores(as) caracterizam-se por ser uma amostra predominantemente feminina, de meia idade, de cor parda e concursada. Esses dados etários e de gênero assemelham-se aos observados em estudo do INEP (FLEURI, 2015).

Sobre o perfil etário, 11,4% dos(as) docentes são jovens com faixa etária entre 18 e 30 anos de idade. O número prevalente da amostra se localiza entre os intervalos de 31 a 45 anos de idade, com 107 informantes (67,3%); 12,6% (20 docentes) têm entre 46 e 50 anos e 8,8% (14 informantes) possuem idades entre 51 e 56 anos (GRÁFICO 1).

GRÁFICO 1[2] – Perfil etário dos informantes



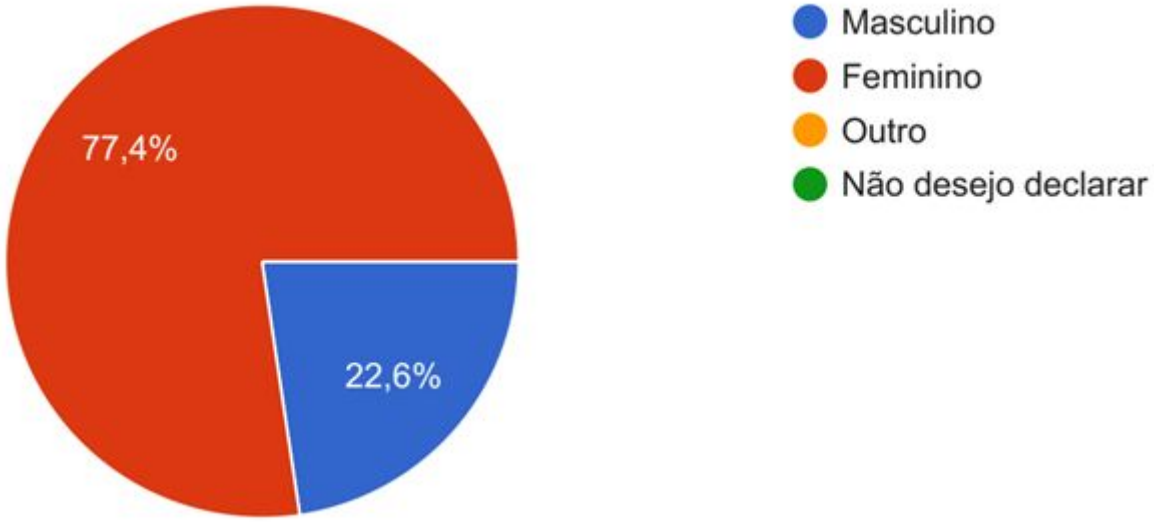
Fonte: Dados da Pesquisa[3]

As professoras são maioria da amostra, com 128 informantes (77,4%), e os homens 22,6% (36 informantes).

[2] Considerando que não há orientação específica na ABNT NBR 14724 para a forma escrita da palavra Gráfico (se minúsculas ou maiúsculas), neste trabalho iremos adotar a forma "em maiúsculas" para diferenciar os caracteres do texto e possibilitar melhor identificação dos objetos gráficos.

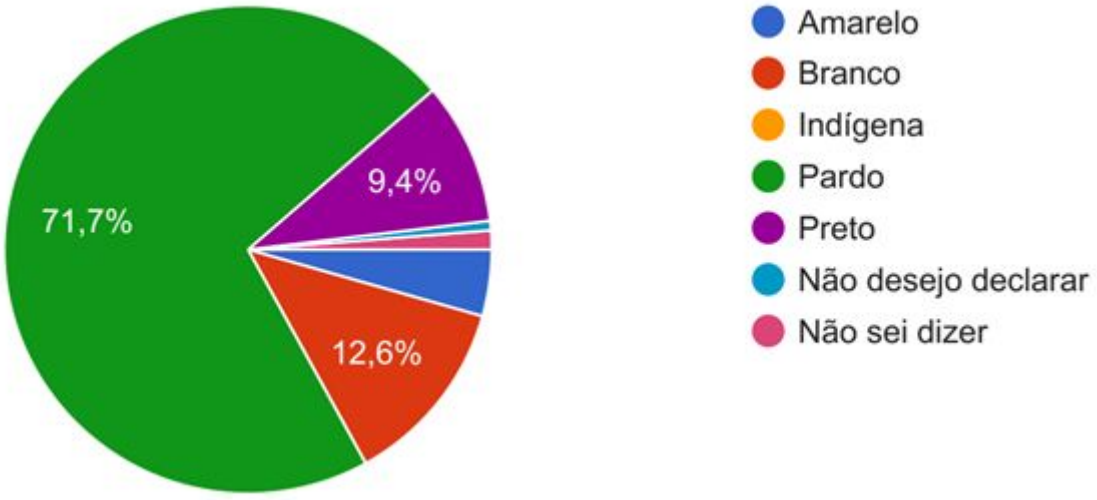
[3] As fontes dos gráficos apresentados neste relatório são os mesmos gerados pela plataforma de realização da pesquisa online ou adaptações feitas pelos membros do GT. Portanto, a partir do próximo gráfico, compreenda-se que todas as fontes também são: "Dados da Pesquisa".

GRÁFICO 2 - Gênero/Orientação/Identificação Sexual



Com respeito à autodeclaração de raça/cor, entre os(as) 159 informantes, 71,7% (114) declararam-se pardos(as), 12,6% (20) se autodeclaram brancos(as), 9,4% (15) declararam-se negros(as), 4,4 % (7) declaram-se amarelos(as), 1,3% (2) não souberam definir e 0,6 (1) não declarou sua raça ou cor (GRÁFICO 3).

GRÁFICO 3 – Autodeclaração de raça/cor



Questionados(as) se integravam alguma comunidade tradicional, 94,3% (150) declararam não fazer parte de comunidades tradicionais, 4,4% (7) afirmaram integrar comunidades ribeirinhas e 0,6% (1) declarou pertencer a uma comunidade indígena.

Os(as) docentes foram questionados(as) sobre a função/cargo de atuação, como profissional de educação - tendo sido dada a alternativa de assinalar mais de uma opção. Como resultado, a maioria das ocorrências compreendeu a docência, com 141 afirmações de atuação, sendo seguido por 19 assertivas de atuação em coordenação pedagógica, 8 menções de atuação na direção escolar e 3 que afirmaram exercer a função de vice-diretores(as) escolares.

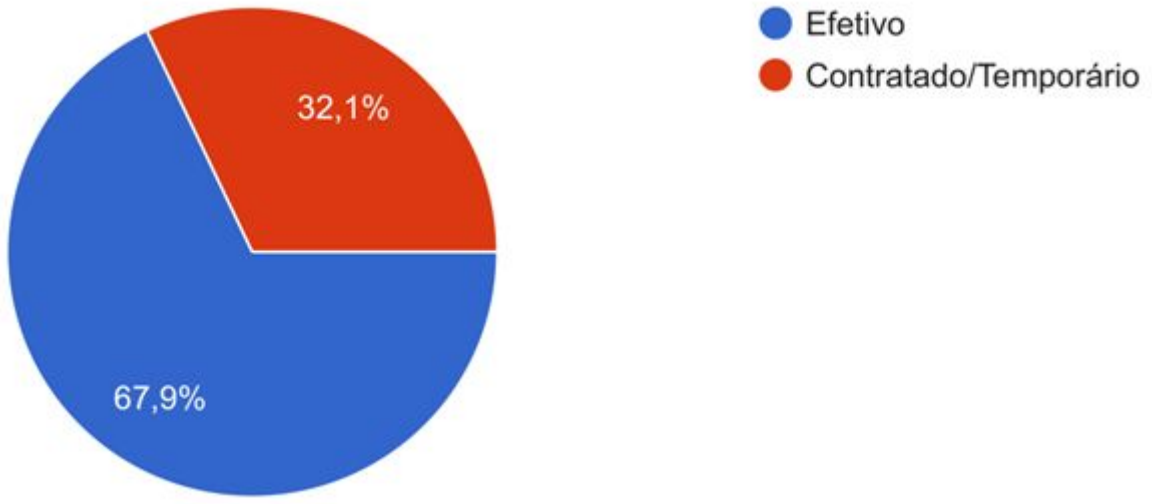
Os(As) docentes também foram questionados(as) sobre qual etapa atuavam como docentes - tendo sido dada a alternativa de assinalar mais de uma opção. Setenta e dois docentes declararam desenvolver práticas de ensino na educação infantil, 62 docentes com atuação nas séries iniciais do ensino fundamental e 58 com atuação nas séries finais do ensino fundamental.

Importante pontuar que 120 (80%) dos(as)docentes informantes atuam exclusivamente nas etapas de educação infantil e/ou ensino fundamental, 4,7% (7) exercem funções técnicas no ensino médio e 11,3% (17) a docência em escolas de ensino médio.

A amostra é prevalentemente formada de professores lotados em escolares regulares, situadas na área urbana do município de Breves. Destes(as) 116 declararam atuar para turmas regulares, 13 desenvolvem atividade de ensino em turmas de jovens e adultos, e, 28 docentes afirmaram que assistem alunos com necessidade especiais de aprendizagem.

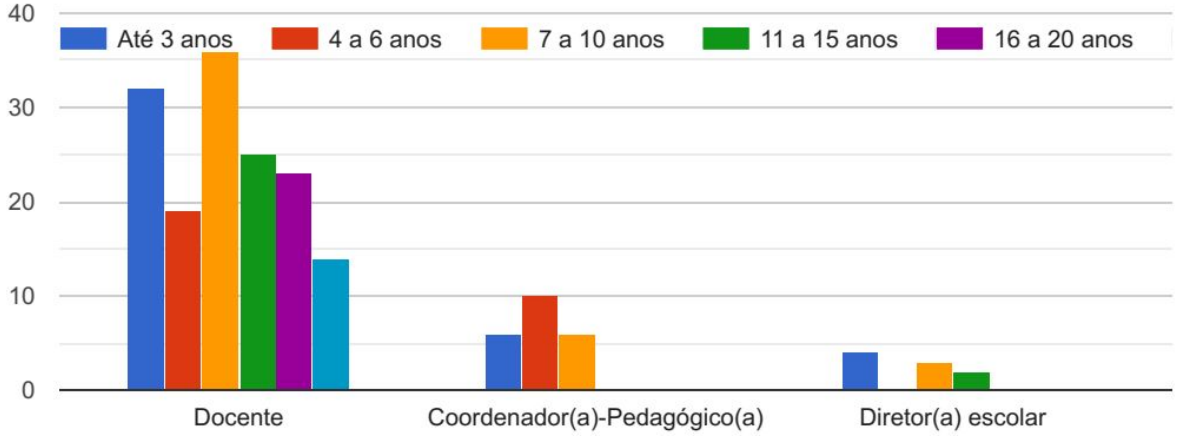
Com respeito aos(às) docentes informantes que trabalham em escolas ribeirinhas, 19 estão lotados em turmas de ensino regular e 13 em turmas de jovens e adultos. Também, questionados(as) sobre a natureza do vínculo de trabalho, 67,9% (108 docentes) declaram ter o vínculo efetivo e 32,1% (51) estão vinculados ao poder público através de contratos de natureza temporária (GRÁFICO 4).

GRÁFICO 4 – Natureza de Vínculo de Trabalho



Questionados(as) sobre o tempo de serviço na rede municipal de Breves, seja como docente, seja em funções administrativas como coordenador(a) pedagógico(a), diretor(a) ou vice-diretor(a), obtivemos os seguintes dados: em **sala de aula**, a maior parte dos (as) docentes, 36 (trinta e seis), exercem a função entre 7 e 10 anos. Em segundo lugar, temos 32 (trinta e dois) docentes com até 3 anos de prática, seguidos de 25 (vinte e cinco) que atuam entre 11 e 15 anos, 23 (vinte e três) com 16 a 20 anos e 19 (dezenove) com o tempo de 4 a 6 anos na sala de aula. Em menor número, 14 (quatorze), estão os(as) respondentes que exercem a prática docente há mais tempo, mais de 20 anos. Desse total de docentes que retornaram com o questionário preenchido, 10 exerceram função administrativa como **vice-coordenador(a)** no período de 6 a 10 anos, 6 (seis) docentes estiveram na função por até 3 (três) anos e 6 (seis) no período de 7 a 10 anos. Como **diretores(as) de escola**, 4 (quatro) docentes atuaram por até 3 (três) anos, 3 (três) entre 7 e 10 anos e 2 (dois) de 11 a 15 anos. Como **vice-diretor(as)**, 2 (dois) docentes exerceram a função por um período de até 3 anos, 1 (um) esteve à frente da função por um período de 4 a 6 anos e 1 (um) de 7 a 10 anos.

GRÁFICO 5 - Tempo de atuação, dos informantes na rede pública municipal de Breves

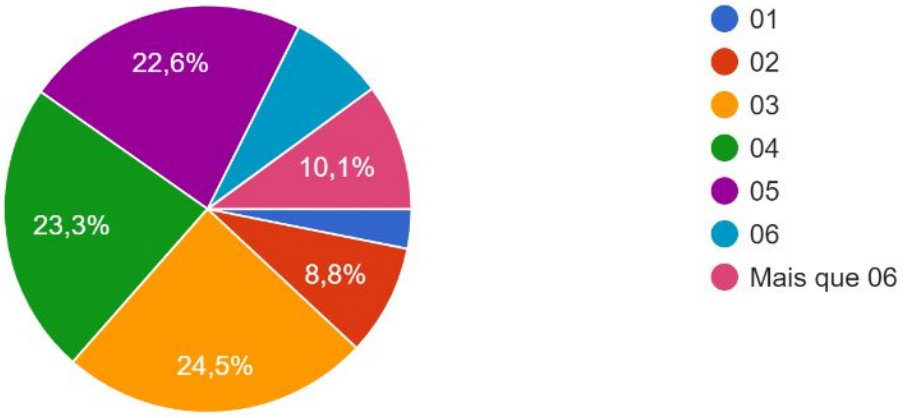


Na questão de número 9 (nove), indagava-se se os(as) docentes possuíam algum de tipo de deficiência e, caso a resposta fosse positiva, pedia-se que indicassem o tipo de deficiência na questão 9a. Do total de 159 respostas, 157 (98,7%) afirmaram não possuir nenhum tipo de deficiência. Apenas 2 (duas) pessoas, que corresponde a 1,3%, marcaram sim, uma das quais apontou deficiência em um braço. A outra apresentou um "não" no campo em que deveria indicar a deficiência, o que leva a crer que ela (ele) pode ter assinado o "sim" equivocadamente na questão 9 (em que se perguntava se os (as) entrevistados (as) possuíam algum tipo de deficiência) e tenha tentado consertar na questão 9a (onde se pedia que apontasse o tipo de deficiência) ou que não tenha conseguido completar a resposta.

3. ASPECTOS SOBRE MORADIA E RESPONSABILIDADE DOS(AS) DOCENTES DURANTE A PANDEMIA

Dos(as) 159 docentes, 3,1% (5) dizem morar sozinhos; 8,8% (14) moram com uma outra pessoa; 24,5% (39) convivem com 03 pessoas; 23,3% (37) afirmam residir com 04 pessoas; 22, 6% (36) com 05 pessoas; 7, 5% (12) com 06 pessoas; e, 10,1% (16) asseguraram habitar com mais de 06 pessoas, como se verifica no gráfico abaixo.

GRÁFICO 6 – Quantidade de pessoas que residem no mesmo domicílio do(a) docente.



A maior concentração dos grupos familiares dos(as) docentes está na quantidade de 3 a 5 pessoas, que somam um percentual de 70,4 do total na situação de residentes nos domicílios. Há, ainda, grupos compostos por 1 a 2 pessoas, bem como grupos com 6 pessoas e grupos com mais de 6 membros.

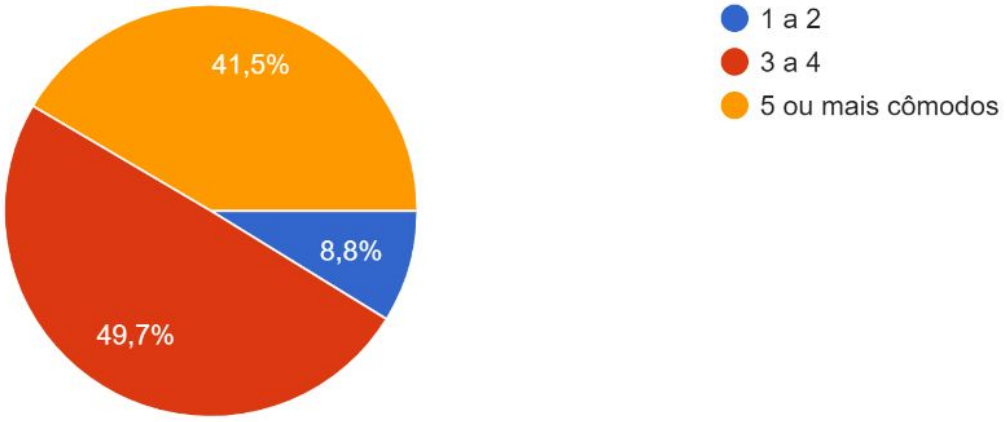
Observando tais índices nota-se que o tamanho da maioria das famílias é superior à média nacional que é de 3 integrantes por família, conforme assegura o IBGE (dados atualizados em 2016). Este órgão revela que em todas as regiões brasileiras, ao longo dos anos, o tamanho das famílias vem apresentando significativa redução[4]. Na particularidade da

[4] De acordo com Villa (2012) na década de 1960 a média nacional do tamanho das famílias brasileiras era de 5 pessoas, nos anos 80 a média caiu para 4, 3, e nos 90 passou para 4 integrantes no meio urbano e 4,6 no espaço rural. Tal redução é explicada pelo envelhecimento da população e, também, pela diminuição da taxa de fecundidade, que por sua vez se justifica pelo aumento do nível educacional e progressão profissional de muitas mulheres. Segundo dados divulgados pela Organizações das Nações Unidas, em 2018 a taxa de fecundidade no Brasil foi de 1,7 filho por mulher, um percentual abaixo da média mundial que é de 2,6. Para mais informações ver: https://www.anahp.com.br/noticias/noticias-do-mercado/estudo-da-onu-aponta-que-tamanho-das-familias-no-brasil-esta-abaixo-da-media-mundial/.

região Norte, verifica-se que essa redução é um pouco menor, pois, a maioria das famílias é formada em média por 3,6 membros.

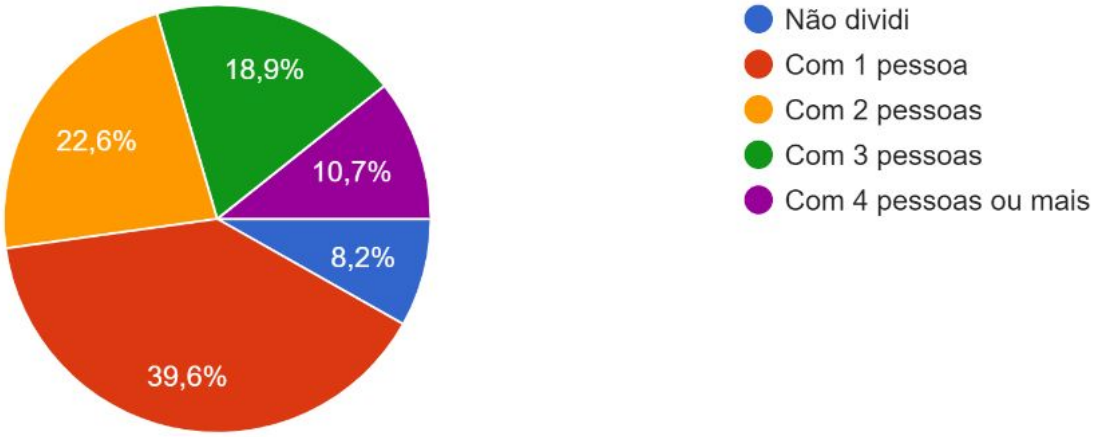
Considerando a quantidade de cômodos da residência dos(as) docentes, a pesquisa constatou que 8,8% das moradias têm de 1 a 2 cômodos; 49,7% das casas possuem de 3 a 4 cômodos; e, 41, 5% dos domicílios dos(as) entrevistados(as) são formados por 5 ou mais cômodos. Pelo que se confere, a maioria dos(as) participantes da pesquisa habita em residências de 3 a 4 cômodos. Sugere-se que são habitações que dispõem de sala, quarto, cozinha e banheiro. Também, há aqueles grupos habitando em moradias maiores, ou seja, com mais de cinco cômodos, o que pode indicar casas com sala, cozinha, banheiro e mais de um quarto.

GRÁFICO 7 – Quantidade de cômodos das residências dos docentes.



Para melhor entender esse arranjo familiar e habitacional no contexto do isolamento social, a pesquisa buscou saber ainda com quantas pessoas os(as) docentes compartilharam o cômodo de dormir. As respostas obtidas revelaram que 8,2% dos(as) participantes da pesquisa não dividiram o cômodo onde dormem; 39,6% dividiram tal cômodo com 1 pessoa; 22,6% afirmaram ter compartilhado o espaço de dormir com 2 pessoas; 18,9% informaram que partilharam o lugar de dormir com 3 pessoas e 10, 7% afirmaram que dividiram o cômodo de dormir com 4 ou mais pessoas.

GRÁFICO 8 – Quantidade de pessoas por cômodo durante o isolamento social

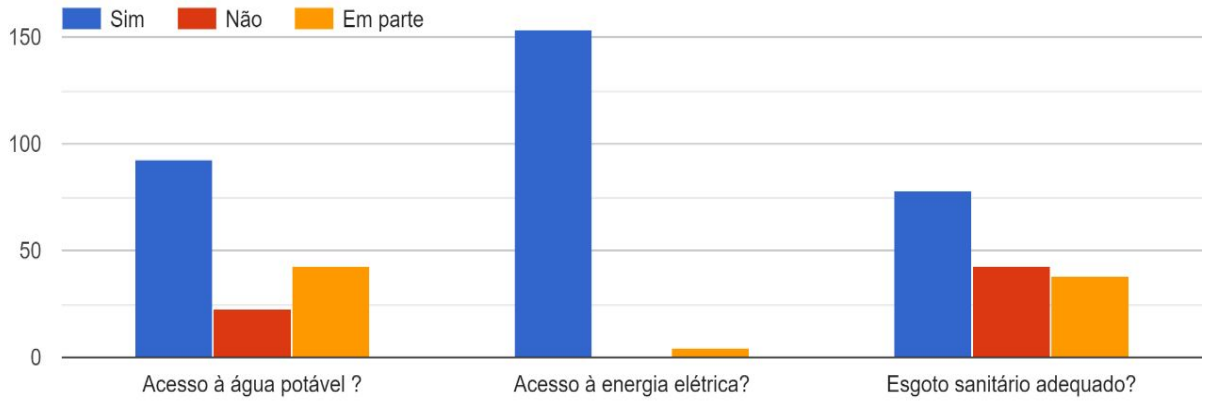


Observa-se que a maioria dos(as) docentes dividiu o cômodo de dormir com 1 pessoa. Todavia, se considerarmos a junção do grupo que dividiu com 2 (22,6%) pessoas com o grupo que dividiu com 3 (18,9%) pessoas, o percentual vai para 41,5%, o que sugere que a maioria dividiu o espaço de dormir com 2 a 3 pessoas. É provável que esses grupos façam parte daquelas famílias que afirmaram viver em moradias de 3 a 4 cômodos[5].

Outro aspecto da moradia dos(as) docentes que a pesquisa procurou conhecer diz respeito ao acesso à água potável, energia elétrica e esgoto sanitário adequado. Em relação à água, a pesquisa apontou que: 58,5% dos docentes participantes da pesquisa têm acesso a água; 14,5% informaram que não têm tal acesso e 27% dizem ter acesso em parte. No caso da energia elétrica 96,9% disseram ter acesso e 3,1% tem acesso em parte. Já o acesso ao esgoto adequado 49% dos entrevistados afirmam ter acesso; 27% indicaram não ter acesso e 24% responderam que têm acesso apenas em parte.

[5] Estudos realizado pelo portal O Tempo e publicado em 28 de março de 2020, mostraram que no Brasil mais de 11 milhões de pessoas vivem em casas superlotadas. Na região Norte, tal estudo revelou que 13% das famílias vivem em locais abarrotados, ou seja, com mais de 3 pessoas por cômodo (FOLHAPRESS, 2020). Mais informações: https://www.otempo.com.br/brasil/mais-de-11-milhoes-no-brasil-moram-em-casas-superlotadas-1.2317766.

GRÁFICO 9 – Acesso dos(as) docentes à água, energia elétrica e esgoto sanitário



A leitura dos dados indica que a maioria (58,5%) das famílias dos(as) docentes têm acesso à água potável. Mas, há também, uma quantia significativa de famílias que não têm esse acesso. Se somarmos o percentual do grupo que afirma não ter acesso a água potável (14,5%) com o percentual do grupo que afirma ter acesso em parte (27%), podemos considerar, então, que 41,5% das famílias dos(as) docentes participantes da pesquisa não têm acesso à água potável. Situação que analisamos como reflexo do precário sistema de distribuição de água por rede geral na cidade, que, por conseguinte, reflete a falta de uma política pública de saneamento básico adequada às necessidades da população local[6].

Em relação à energia elétrica verifica-se que mais de 95% (96,9%) das famílias tem acesso, já ao esgoto sanitário adequado observa-se que apenas 49% tem acesso. Se juntarmos o grupo que afirmou não ter acesso, isto é, 27%, com o grupo que diz ter acesso em parte (24%), o percentual chegaria a 51% do total de famílias dos(as) docentes participantes da pesquisa que não tem acesso ao esgoto sanitário adequado. De acordo com dados divulgados pelo Observatório do Marajó (2020, p. 74), 92,4% da população brevense "não tem acesso a esgoto sanitário, incluindo as fossas sépticas", realidade que tem implicações muito negativas na qualidade de vida das pessoas.

[6] O fornecimento de água para consumo da população nos municípios marajoaras, conforme pontuou o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do arquipélago do Marajó (PDSM, 2007), era, na maioria das vezes, feito pelo rio, sendo que apenas uma pequena parcela da população fazia algum tipo de tratamento. E até 2000, apenas 42,80% dos domicílios marajoaras tinham serviço de água por rede. Dados do Observatório do Marajó (2020), indicam que 39,60% da população marajoara não conta com o serviço de abastecimento de água por rede geral de distribuição e 54, 29% da população não dispõe de banheiro e água encanada. Na particularidade da cidade de Breves, o Observatório revela que 68,3% da população não conta com abastecimento de água por rede geral de distribuição e 77% não dispõe de banheiro e água encanada.

É bom lembrar que as condições básicas de moradia dignas dependem do acesso com qualidade à água potável, energia elétrica e esgoto sanitário adequado. Esse acesso é condição e estratégia necessária para a garantia do protocolo de saúde no combate ao novo Coronavírus. Os dados revelados pela pesquisa chamam atenção para uma problemática histórica e permitem inferir que há muito a se fazer em Breves em relação a qualidade de domicílios e sua relação direta com a qualidade de vida de seus moradores.

Ao perguntar se no contexto da pandemia o/a docente possui responsabilidades/atribuições na rotina da casa, a pesquisa fez a seguinte descoberta: 99,4% afirmaram que tiveram atribuições em suas residências. Como se verifica um percentual elevado, que se equipara a realidade de muitos brasileiros no contexto da pandemia. Na verdade, com a indicação do isolamento social, como estratégia para frear o avanço do vírus *Sars-Cov-2*, chamado de Novo Coronavírus (COVID-19), muitas pessoas no país e no mundo inteiro permaneceram mais tempo em casa, o que consequentemente acarretou no aumento de tarefas, até porque em muitas situações, o trabalho feito fora de casa, somou-se às tarefas domésticas do lar.

Dentro dessa dinâmica verifica-se que nem sempre as atividades foram divididas de forma justa entre os pares. As mulheres, em especial, as mães tiveram sua carga de trabalho aumentado, como revela Souza (2020), em reportagem publicada no dia 10 de maio de 2020 no blog Brasil de Fato. Sugere-se que seja esta a realidade da maioria dos(as) docentes participantes deste estudo, uma vez que 77,4% se declararam do sexo feminino e 70, 4% cuida de filhos. Nossos(as) pesquisados(as), respondendo à pergunta 14a que completa a resposta da pergunta anterior, afirmaram ainda que suas atribuições estão ligadas com a saúde dos familiares (79,2%); com as tarefas domésticas (68,5%); cuidados com filhos, idosos ou parentes (70,4%), além de outras responsabilidades (17,6%).

GRÁFICO 10 – Responsabilidade/atribuições na rotina da casa

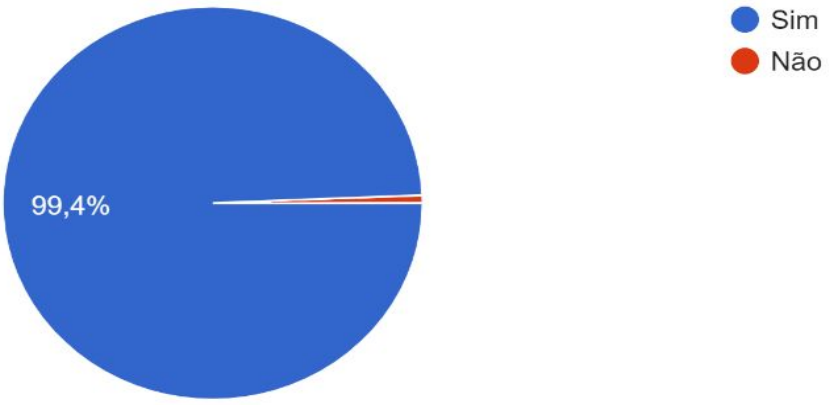
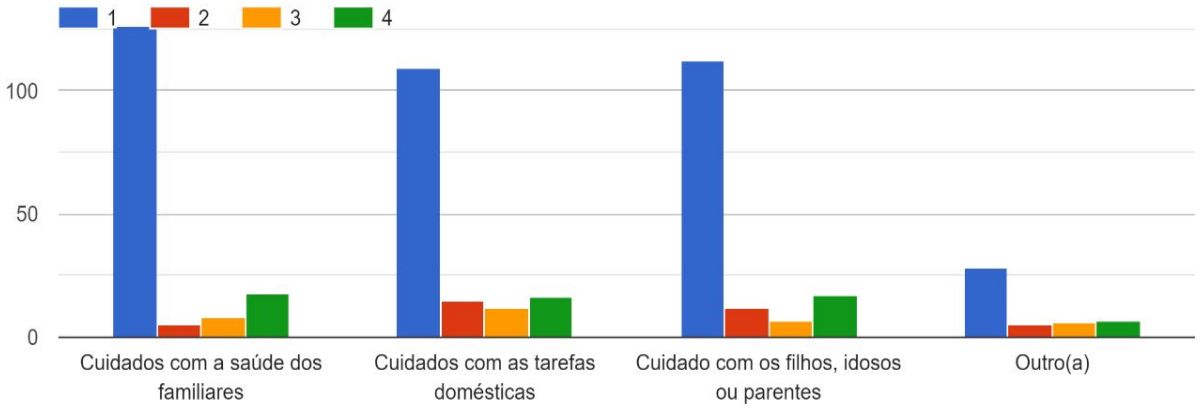


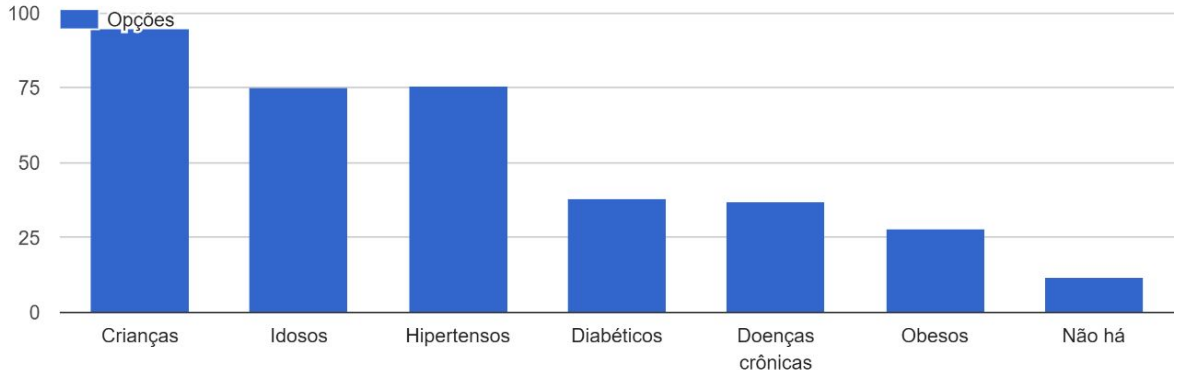
GRÁFICO 11 – Responsabilidade na rotina da casa por atividade.



A pergunta 15 voltou-se para indagar se no grupo familiar dos(as) docentes havia pessoas do grupo de risco ou que necessitasse de cuidados. O maior percentual das respostas obtidas centra-se na alternativa referente ao cuidado com crianças, o que alcança um total de 95 (59,7%) pessoas.

Verifica-se ainda que no grupo familiar de 76 (47,8%) docentes há pessoas hipertensas; no grupo de 46 (47,2%) docentes participantes da pesquisa existem pessoas idosas e na família de 38 (23,9%) docentes tem pessoas diabéticas. Além disso, 37 (23,3%) docentes informaram que há pessoas com doenças crônicas, seguida de 28 (17,6%) docentes com pessoas obesas na família necessitando de cuidados. Somente 12 (7,5%) docentes afirmaram não ter nenhuma pessoa com tais características em seu grupo familiar.

GRÁFICO 12 – Pessoas do grupo de risco ou que necessitam de cuidados.



Os dados revelam que os(as) docentes integrantes deste estudo precisam dispor de atenção e cuidados para com seu grupo familiar, fato que somado ao aumento da carga de trabalho e a mudança na dinâmica social pode acarretar em sérias consequências para a saúde desses(as) profissionais.

4. SITUAÇÕES DE INFECÇÃO E ÓBITOS POR COVID-19

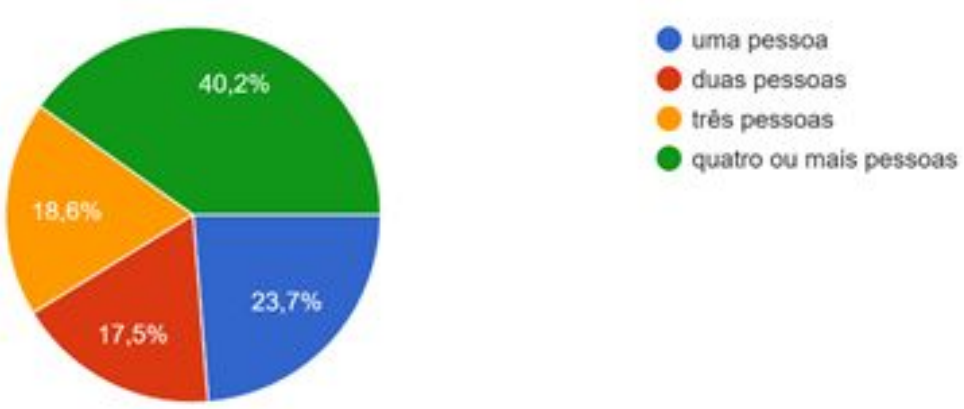
Com relação à infecção por Covid-19 no grupo familiar, a maioria (44%) dos(as) professores(as) responderam que não houve; 27,7% responderam que não foram infectados(as), mas que seus familiares foram ou estão infectados(as). Os(as) que tiveram infecção juntamente com outros membros da família corresponde a 26,4% e somente 1,9% dos(as) professores(as) foram os(as) únicos(as) do seu grupo familiar infectado. Considerando apenas casos de infecção em docentes, os dados apontam que 71,7% dos(as) professores(as) não foram infectados(as) por covid-19.

GRÁFICO 13 – Pessoas do grupo de risco ou que necessitam de cuidados.

Em caso afirmativo, conseguiu/conseguiram fazer o teste específico para Covid-19? Em que mês/período ocorreu a infecção? Os(as) docentes que tiveram ou estão com covid-19, responderam ao questionamento sobre a realização de testes específico para a confirmação de diagnóstico da doença. 19 professores(as) responderam que tiveram sintomas da covid-19, mas que não conseguiram fazer o teste e 15 responderam que realizaram o teste. Quanto aos meses que ocorreram as infecções, três casos foram no mês de março, dezesseis no mês de abril, treze no mês de maio, três em junho, dois em julho, oito casos em agosto e três em setembro. Os meses de abril e maio foram os que tiveram maior ocorrência de transmissão do vírus entre os(as) professores(as). Porém, embora tenha reduzido o percentual de infectados(as), nos meses subsequentes há casos de infecção. Chama atenção o mês de agosto, com um total de oito casos, sendo que nos meses de junho, julho, setembro a média era de 2,75 casos.

O número de professores(as) que responderam o mês que ocorreu a infecção é superior aos do que responderam sobre a realização do teste.

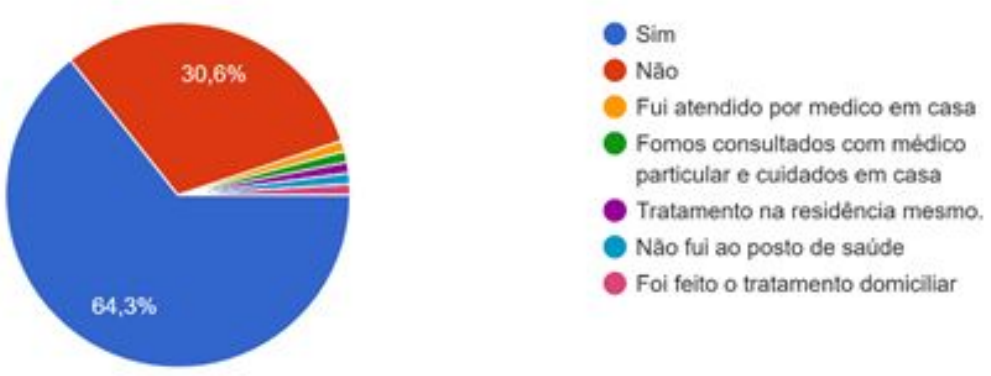
GRÁFICO 13 – Quantidade de familiares infectados(as) incluindo o(a) docente.



Com relação aos casos de infectados(as), 40,2% dos(as) docentes responderam que 4 ou mais pessoas da família foram infectadas, 23,7% apenas uma pessoa, 18,6% três pessoas, 17,5% duas pessoas. Observa-se que na maioria dos casos (76,3%), mais de uma pessoa da família foi infectada. Dados que confirmam o potencial de transmissão do vírus e a dificuldade de conseguir isolar o paciente infectado no ambiente familiar.

Quanto ao atendimento de saúde aos casos de covid-19 em professores(as), 64,3% responderam que tiveram atendimento na Rede Pública de Saúde, 30,6% afirmam que não tiveram atendimento e 5,1% responderam que o tratamento ocorreu por meio de atendido médico domiciliar; ou consulta realizada por médico particular mantendo os cuidados no seu domicílio, ou somente tratamento em casa, e os que não procuraram o posto de saúde. Os dados evidenciam que o SUS foi o principal responsável pelo atendimento dos professores, correspondendo a quase 65% dos atendimentos.

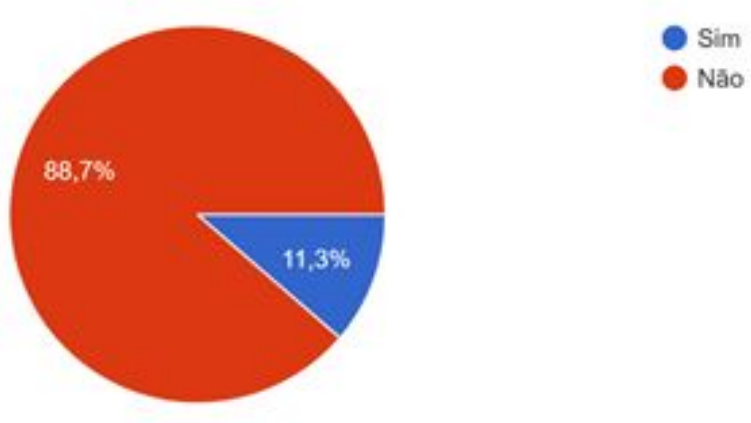
GRÁFICO 14 – Quantidade de familiares infectados(as) incluindo o(a) docente.



A pandemia colocou em evidência a importância do SUS para a população brasileira, da mesma forma que expôs as precariedades, a falta de investimento e manutenção do sistema. Porém, apesar das vicissitudes, foi o Sistema Público de Saúde o principal responsável pelo enfrentamento à covid-19 em todo Brasil. Por isso, é importante defender o SUS e o seu papel constitucional.

Quando há casos de infecção na família, os(as) mais suscetíveis à contaminação por covid-19 são os parentes de primeiro grau, pais, mães e filhos, depois os de segundo grau, irmãos(ãs) avós e netos(as), de terceiro grau, tios(as), sobrinhos(as), bisavós, bisnetos(as) e companheiros(as). Daí a preocupação com o retorno das aulas, pois, a exposição ao vírus de pessoas que não foram infectadas pode ocasionar a transmissão para outros membros da família, sobretudo os pais, avós e pessoas do grupo de risco que podem desenvolver formas graves da doença.

GRÁFICO 15 – Casos de óbitos por Covid-19 no grupo familiar do(a) docente.



Em 11,3% das famílias dos(as) docentes que responderam ao questionário houve casos de óbitos. Um percentual alto, considerado o número de óbitos registrado em Breves, no período de abril a 04 de outubro de 2020, que corresponde a 87 óbitos para um total de 2.441 casos confirmados[7].

Os(as) professores(as) responderam também quantos casos de óbitos houve no grupo familiar. A resposta obtida foi que em 12 famílias ocorreu um óbito, em três famílias houve dois óbitos e em duas famílias foram três óbitos. Observa-se que a maioria das famílias onde ocorreram óbitos registraram uma ocorrência, mas em algumas famílias a covid-19 vitimou até três pessoas.

Foi questionado se os(as) enlutados(as) conseguiram realizar rituais locais de despedidas. Pois, o luto é um processo cultural e religioso que envolve rituais que ajudam a amenizar o sofrimento da família. Porém, esse ritual não foi possível de ser realizado em função da necessidade de manter o isolamento social, por isso, as famílias que perderam parentes não conseguiram se despedir dos seus entes queridos de acordo com sua tradição.

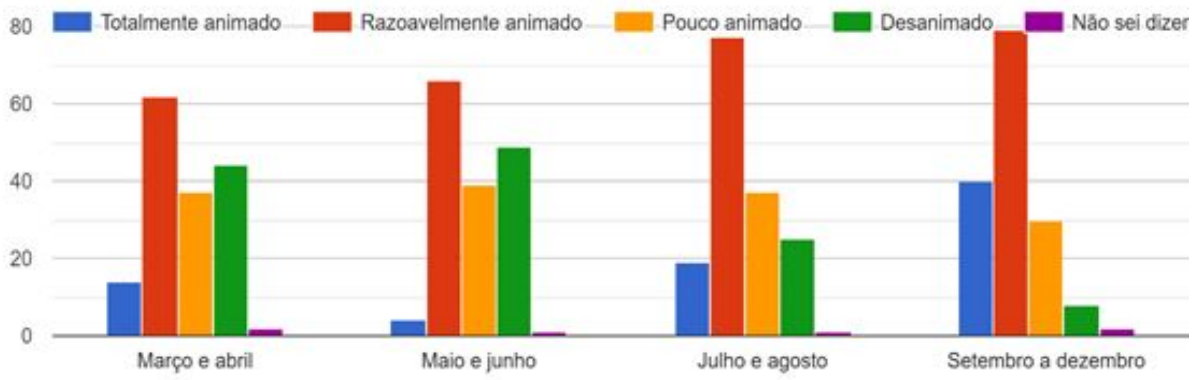
O luto é um processo muito doloroso para as famílias em qualquer circunstância, mas a covid-19 intensificou ainda mais essa vivência, pois, em função do perigo do contágio, as famílias não puderam acompanhar os pacientes internados, resultando na perda do contato físico com a pessoa infectada desde o momento da internação. Nos casos que evoluíram para óbito, a família teve que adotar protocolos de segurança para evitar a proliferação do vírus, os caixões são lacrados, não é autorizado a realização de velórios, os sepultamentos ocorrem de forma rápida e restritos a dez pessoas "[...] sem contato físico, distantes uma das outras por 2 metros e sem integrantes do grupo de risco"(DURÃES, 2020).

A covid-19 mudou a vivência do luto em família, exigiu o isolamento até na dor da perda e da despedida. Por outro lado, observa-se um processo de luto coletivo, pois a cada nova vítima, a comunidade se solidariza e sente a perda também. Essa empatia mostra que não estamos indiferentes ao sofrimento das famílias que viveram e vivem esse drama.

[7] Dados disponíveis em: http://breves.pa.gov.br/?s=BOLETIM+EPIDEMIOL%C3%93GICO+

Os(as) professores(as) foram inquiridos(as) a responder qual o seu estado de ânimo durante a pandemia. Quanto ao ânimo dos(as) professores(as), nos meses de março e abril, apenas 14 se consideravam totalmente animados; maio e junho caiu, somente 4 docentes consideravam-se totalmente animados; julho e agosto aumentou para 19 e no período de setembro a dezembro passou para 40 professores que se consideram totalmente animados. Os(as) que se consideram razoavelmente animados em março e abril eram 62, em maio e junho aumentou para 66, julho e agosto subiu para 77 e setembro a dezembro chegou ao total de 79. Os(as) que se consideram pouco animados em março e abril eram 37, em maio e junho aumentou para 39, julho e agosto voltou para 37 e setembro a dezembro apenas 30 se declaram pouco animados, o menor número no período. Os(as) que se consideram desanimados(as), em março e abril eram 44, maio e junho aumentou para 49, em julho e agosto houve uma redução significativa chegando a 25 e no período de setembro a dezembro apenas 8.

GRÁFICO 16 – Estado de ânimo dos(as) docentes durante o período da Pandemia.



Além da saúde física, a covid-19 afetou também o aspecto psicológico dos(as) professores(as). Os sentimentos de animado(a), razoavelmente animado(a), pouco animado(a) e desanimado(a) representam estados de saúde psicológica que refletem a insegurança diante da incerteza que a pandemia gera nas pessoas. Entre os(as) professores(as) por exemplo, os meses mais críticos foram maio e junho Nesse período tinha apenas 4 professores(as) totalmente animados(as), enquanto que os(as) pouco animados(as) eram 39 e os(as) desanimados(as) eram 49. Por sua vez, o sentimento de razoavelmente animado(a) é o mais frequente entre os(as) professores(as) desde o início da pandemia no município de Breves;

neste critério não houve redução, a cada mês aumenta o número de docentes que se consideram razoavelmente animados(as).

O isolamento social foi uma das recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) para conter a proliferação do vírus, dado não existir vacina para prevenir a infecção pela covid-19. Os municípios adotaram uma série de medidas para disciplinar o isolamento social. Os Governos Estadual e Municipal[8], por exemplo, emitiram decretos definindo os termos do isolamento social. O Governo Estadual, por exemplo, por meio do Decreto n.º 729 de 05/05/2020 suspendeu todas as atividades não essenciais (lockdown) nos município de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Castanhal, Santa Isabel do Pará, Santa Bárbara do Pará, **Breves**, Vigia e Santo Antônio do Tauá, com a finalidade de conter o avanço descontrolado da pandemia.

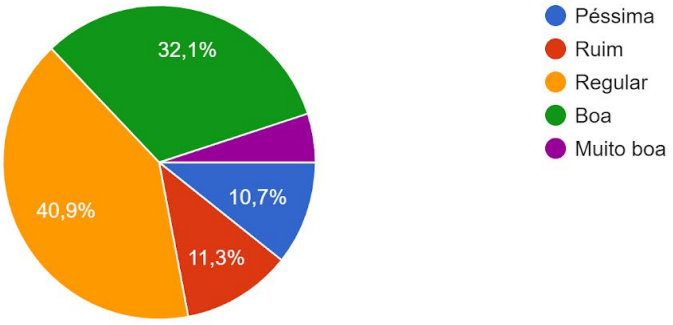
Quanto ao isolamento social feito pelos(as) docentes, 54 responderam que respeitaram o isolamento social e não saíram de casa, 31 continuaram saindo de casa para trabalhar, 28 permaneceram saindo para atividades físicas e lazer, 135 saiam de casa apenas para comprar produtos essenciais, 28 saiam para comprar produtos não essenciais e 16 informaram que a finalidade era outra não listada no questionário. Os(as) professores(as) poderiam assinalar mais de uma opção.

[8] Os decretos municipais estão disponíveis em: http://breves.pa.gov.br/decretos-de-enfrentamento-do-covid-19/

5. SAÚDE E ASPECTOS PSICOSSOCIAIS

Ao levar em conta a autoavaliação da saúde mental, os resultados com maior proporção indicam que, com o surgimento da pandemia de Covid-19, 65 (40,9%) docentes consideraram a sua saúde mental como regular. Seguido de 51 (32,1%) que identificaram como boa, 18 (11,3%) como ruim, 17 (10,7%) como péssima. 8 (5%) docentes consideraram a sua saúde mental como muito boa. Do total de 159 docentes, predominou no estudo 62,9% os que responderam regular, ruim e péssima.

GRÁFICO 17 – Autoavaliação da saúde mental.

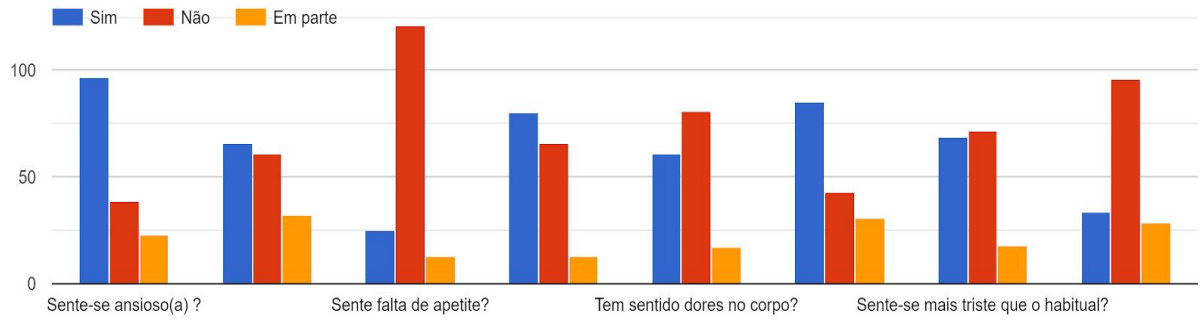


Diante dos resultados, é importante considerar que:

> Durante uma pandemia é esperado que estejamos frequentemente em estado de alerta, preocupados, confusos, estressados e com sensação de falta de controle frente às incertezas do momento. Estima-se, que entre um terço e metade da população exposta a uma epidemia pode vir a sofrer alguma manifestação psicopatológica, caso não seja feita nenhuma intervenção de cuidado específico para as reações e sintomas manifestados. Os fatores que influenciam o impacto psicossocial estão relacionados a magnitude da epidemia e o grau de vulnerabilidade em que a pessoa se encontra no momento. Entretanto, é importante destacar que nem todos os problemas psicológicos e sociais apresentados poderão ser qualificados como doenças. A maioria será classificado como reações normais diante de uma situação anormal (BRASIL, 2020, p. 2)

Quando questionados(as) sobre como percebem suas sensações: 97 docentes estão se sentindo ansiosos(as), 39 não estão se sentindo ansiosos(as) e 23 estão se sentindo ansiosos(as) em parte. O gráfico demonstra que entre o total de 159 docentes pesquisados(as) predominou que mais de 50% dos(as) docentes estão se sentindo ansiosos(as), enfatizando que o quadro de picos de ansiedade é comum numa situação de agravo inusitado como é o caso da pandemia COVID19; quando ocorre perda de alguém querido; na ocorrência de desemprego etc.

GRÁFICO 18 – Percepção do(a) docente acerca de algumas sensações



Em relação ao sono, 66 docentes informaram que estão dormindo bem. Porém, quando somamos os 61 docentes que não estão dormindo bem e 32 docentes que estão dormindo bem em parte, temos a predominância de 93 docentes com o sono alterado. Pesquisadores da Universidade de Minas Gerais mostram que profissionais privados do sono noturno têm o sistema imune fragilizado e estão mais expostos à infecção. O grupo consultou cerca de 130 estudos, realizados no Brasil e no exterior, e os resultados da maior parte deles associam alterações no sono à redução da imunidade, o que pode ser especialmente grave nessa fase de circulação de um vírus tão agressivo (SILVA et al., 2020)

Em relação a falta de apetite, predominou os que não sentem falta de apetite: 121 docentes. Seguido de 25 docentes sentem falta de apetite e 13 sentem falta de apetite em parte.

Entre as reações comportamentais mais comuns, no contexto pandêmico, estão: Alterações ou distúrbios de apetite (falta de apetite ou apetite em excesso); Alterações ou

distúrbios do sono (insônia, dificuldade para dormir ou sono em excesso, pesadelos recorrentes); Conflitos interpessoais (com familiares, equipes de trabalho...) (BRASIL, 2020).

Oitenta docentes estão cansando com facilidade e quando acrescido aos 13 docentes que estão cansando com facilidade em parte, totaliza 93 docentes. Porém, 66 docentes não estão cansando com facilidade. Outros estudos também relatam que no isolamento social, mudança da rotina, a permanência direta em casa, envolvido com tudo acontecendo ao mesmo tempo, como a administração da casa, tarefas escolares dos filhos e as atividades de teletrabalho, no final do dia a pessoa cansa bem mais (SILVA et al., 2020).

Em relação ao questionamento se têm sentido dores no corpo, 61 docentes informaram sim somado a 17 docentes que informaram em parte, totalizou 78 docentes, sendo que 81 docentes não têm sentido dores no corpo, dado predominante neste item. São 85 docentes que têm se sentido mais nervoso/tenso/aflito/preocupado, 43 não têm se sentido mais nervoso/tenso/aflito/preocupado e 31 têm se sentido nervoso/tenso/aflito/preocupado em parte.

Sessenta e nove docentes sentem-se mais triste que o habitual, 72 não sentem-se mais triste que o habitual e 18 sentem-se mais triste que o habitual em parte. São 34 docentes que têm chorado mais que o de costume, 96 não têm chorado mais que o de costume e 29 têm chorado mais que o de costume em parte.

Cinquenta e seis docentes estão sentindo dificuldade em se concentrar e/ou pensar com clareza, 59 não estão sentindo esta dificuldade e 44 estão sentindo em parte. São 65 docentes que estão menos interessados(as) por pessoas e/ou atividades que costumavam ter interesse, 58 não estão menos interessados(as) e 36 estão menos interessados(as) em parte.

Trinta e nove docentes estão conseguindo manter uma rotina de estudos/atividades acadêmicas e/ou profissionais, 71 não estão conseguindo manter e 49 estão conseguindo manter esta rotina em parte. São 40 docentes os(as) que sentem dificuldade para realizar atividades e/ou tarefas cotidianas, 73 não sentem dificuldade e 46 sentem dificuldade em parte. Para 47 docentes não há problemas quanto à organização/fazer algum tipo de planejamento, porém 55 não estão conseguindo e 57 estão conseguindo em parte. São 80 os(as) docentes que estão adiando suas atividades mais que o habitual, 47 não estão adiando mais que o habitual e 32 estão adiando em parte.

Trinta e dois docentes estão se sentindo perdidos(as), 83 não estão se sentindo assim e 44 estão se sentindo perdidos(as) em parte. Para 64 docentes há alterações de sono para mais ou para menos, 58 não tiveram ou estão tendo alterações de sono e 37 tiveram ou estão tendo

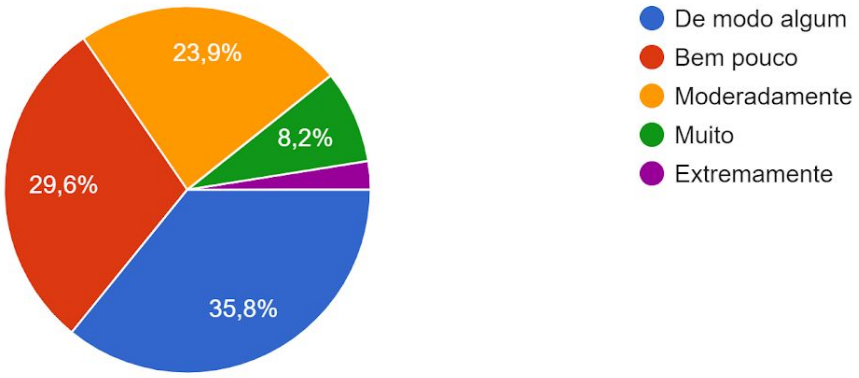
em parte. Para 53 docentes há alterações de alimentação para mais ou para menos, 82 não tiveram e/ou estão tendo alterações de alimentação e 24 docentes tiveram e/ou estão tendo em parte. São 64 docentes que sentiram e/ou sentem irritação excessiva, 59 não sentiram e/ou sentem e 36 sentiram e/ou sentem em parte. Para 39 docentes há sentimentos de tristeza muito exacerbados, 80 docentes não tiveram e/ou estão tendo estes sentimentos e 40 tiveram e/ou estão tendo em parte.

Cinquenta e nove docentes tiveram e/ou estão tendo variações de humor muito grande, 64 docentes não tiveram e/ou estão tendo consideráveis variações de humor e 41 docentes tiveram e/ou estão tendo em parte. São 35 docentes que consideram residir em um ambiente familiar hostil, 107 não residem em um ambiente familiar assim e 17 residem em um ambiente familiar assim em parte. São 81 docentes que durante o distanciamento social conseguiram estabelecer uma rotina diária para si e para família, 30 não conseguiram estabelecer e 48 conseguiram estabelecer em parte. Para 106 docentes houve um tempo de convivência com os(as) moradores(as) da casa, 28 docentes não estabeleceram este tempo e 25 estabeleceram em parte.

> A docência traz consigo inúmeros obstáculos que já impactam negativamente na saúde mental desses profissionais; nos últimos anos, as condições de trabalho dos professores têm sido prejudicadas ainda mais, por conta das políticas de austeridade econômicas nacionais e reformas trabalhistas. Vale lembrar que, além das aulas ministradas, fazem-se pesquisas, serviços administrativos e burocráticos e, por fim, atualmente, acrescenta-se o fato de que precisam aprender não apenas a manusear os dispositivos tecnológicos digitais e a gravarem as aulas; como também se enquadrar às rotinas diárias dentro de seus domicílios, uma vez que o trabalho remoto, em sua grande maioria, é feito em casa (SILVA et al., 2020).

Ao serem perguntados(as) se têm reações físicas intensas com algo que lembra a pandemia do covid-19 (coração apertado, falta de ar, suor excessivo, perda do olfato e do paladar), 35,8% asseguraram que de modo algum tem quaisquer destas reações. 29,6% dos(as) docentes entrevistados(as), representando o número de 47 docentes questionados(as) sobre as reações, afirmaram que tem bem pouco. Responderam que sentem as reações físicas intensas de forma moderada 23,9%.

GRÁFICO 19 – Reações físicas intensas com algo que lembra a Pandemia de Covid-19



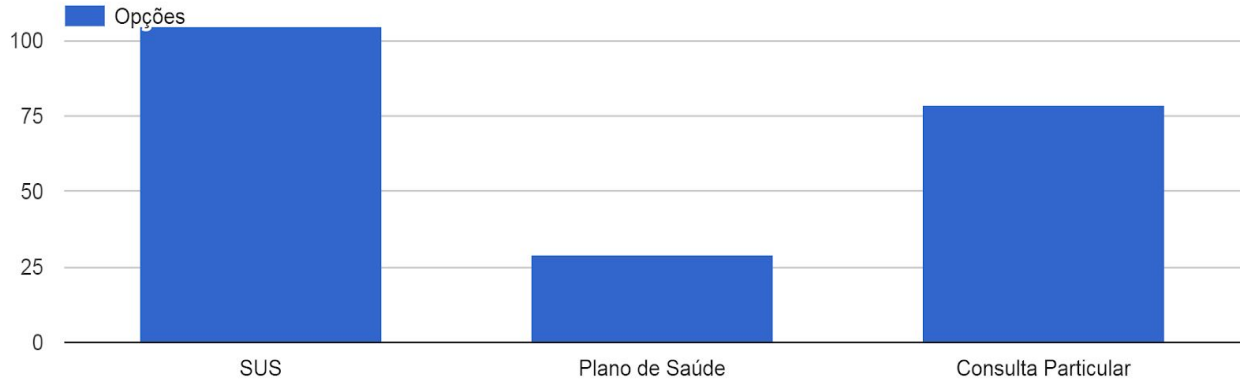
Quanto a relações com reações físicas intensas e Covid-19, a pesquisa apontou que somente 8,2% dos(as) inquiridos(as) sentem muito (intensidade das reações) e 2,5% sentem extremamente as reações físicas intensas quando são expostos(as) a algo que remete ao assunto pandemia do Covid-19.

No que se refere ao desenvolvimento de atividades durante o isolamento social, 35% dos(as) docentes não desenvolveram ou não intensificaram nenhuma atividade. Por outro lado, 28,9% responderam que passaram a realizar atividades físicas durante o período de isolamento social. Sabe-se que a atividade traz inúmeros benefícios à saúde, principalmente ao sistema cardiovascular/metabólico e imunológico. “Mais recentemente, a literatura passa a apresentar evidências de que não é apenas a prática regular da atividade física que tem relação com a saúde, mas também a redução do comportamento sedentário (Beck e Pitanga,2020). É importante ressaltar que 26,4% dos(as) docentes que foram submetidos ao questionário informaram que passaram a ler com mais frequência.

6. ASPECTOS DO COTIDIANO DOS(AS) DOCENTES DURANTE A PANDEMIA

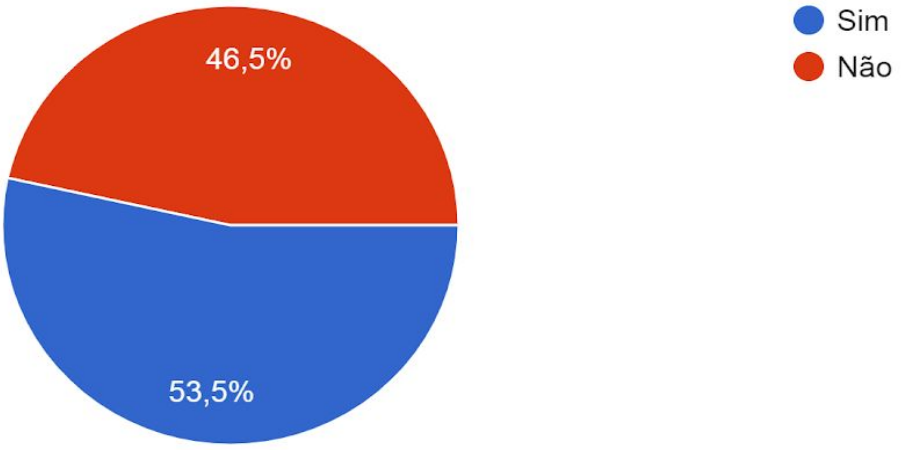
No que diz respeito aos atendimentos de saúde, 105 docentes afirmaram que utilizam o Sistema Único de Saúde (SUS), 79 utilizam consulta particular, e apenas 29 utilizam plano de saúde. A partir dessas informações fica clara a importância do SUS para a população do município de Breves, uma vez que é este sistema que atende a maioria das demandas da saúde, em virtude de contar com uma rede de atendimento mais estruturada.

GRÁFICO 20 - Atendimento à saúde



Os(as) docentes também foram questionados(as) se durante o isolamento social necessitaram de serviços de saúde, e conforme gráfico a seguir, mais da metade dos(as) participantes precisou de algum tipo de atendimento. Essa grande demanda por atendimentos de saúde acompanha a realidade de gravidade da pandemia, pois além das demandas relacionadas com outras doenças, os muitos casos de Covid-19 também levaram à busca de atendimento de saúde.

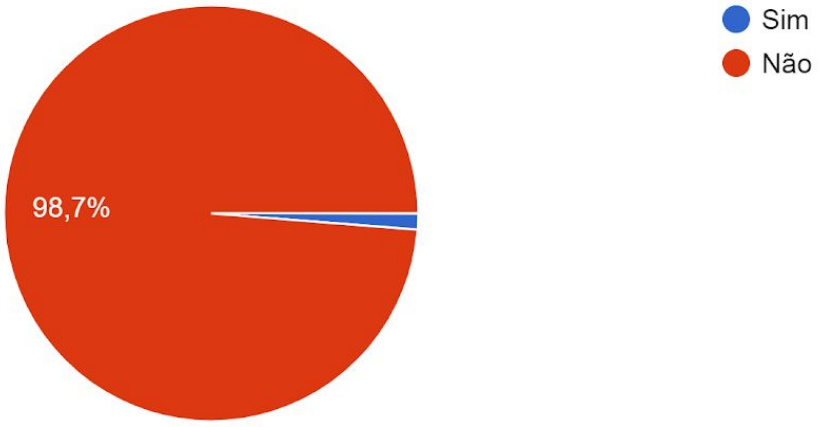
GRÁFICO 21 - Necessidade de atendimento em serviços de saúde



De acordo com as respostas, o serviço de saúde mais utilizado foi o atendimento ambulatorial, apontado por 74 docentes. O atendimento psicológico vem em segundo lugar, tendo sido demandando por 11 docentes. Oito docentes necessitaram de internação hospitalar e um docente necessitou de internação em leito de UTI.

Questionados(as) se sofreram algum tipo de violência durante o isolamento social, 98,7% dos(as) participantes respondeu que não, enquanto 1,3% responderam que sim. Os docentes que responderam sim a esta pergunta, elencaram ter sofrido violência psicológica e separação conjugal.

GRÁFICO 22 - Violência durante o isolamento social



Perguntados(as) sobre alguns aspectos da vida cotidiana durante a pandemia, os(as) participantes da pesquisa responderam o seguinte:

- Sobre a realização de *exercícios cognitivos, cursos online, leitura de livros*: 71 docentes afirmaram que desenvolveram essas atividades "bem pouco"; 42 realizaram essas tarefas "moderadamente"; 32 responderam que "de modo algum"; 10 responderam que o fazem "muito"; 4 responderam que o fazem "extremamente".

- Sobre a *realização de exercícios de relaxamento*, 63 docentes responderam que o fizeram "bem pouco"; 48 "de modo algum"; 34 "moderadamente"; 14 responderam "muito";

- Sobre *manter uma alimentação saudável*, 68 responderam que o fazem "moderadamente"; 44 "bem pouco"; 28 o fazem "muito"; 13 "de modo algum"; 6 responderam "extremamente";

- Sobre a *sensação de estar o dia todo trabalhando*, 44 docentes responderam que sentem isso "moderadamente"; 42 "bem pouco"; 37 "de modo algum"; 26 "muito; 10 "extremamente".

Nesse sentido, verificamos que os(as) docentes enfrentam dificuldades para realizar essas tarefas, principalmente se levarmos em consideração que no período de isolamento social muitos tiveram sua saúde mental abalada, e isto se reflete principalmente por meio de dificuldades de concentração para estudar, para fazer exercícios, dentre outros.

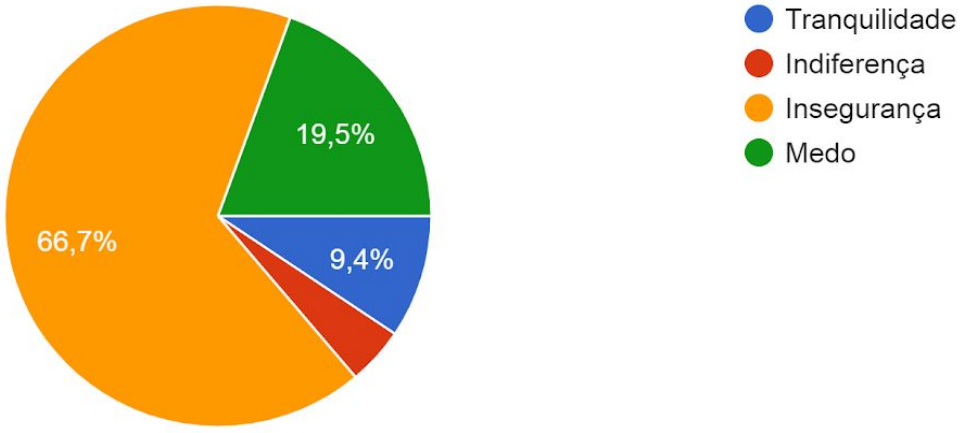
Os(as) docentes foram questionados(as) também sobre quem se encarrega das tarefas domésticas no lar. Assim, no gráfico é possível verificar que 40,3% dos(as) docentes afirma dividir as tarefas domésticas por igual. Outros 33,3% afirmam dividir as tarefas domésticas com os demais integrantes da família, porém acabam ficando com a maior parte. Já 20,1% se encarregam sozinho(a) das tarefas domésticas. Para 3,8% dos(as) docentes quem se encarrega dessas atividades é a esposa, companheira ou namorada. Somente para 2,5% é o marido, companheiro ou namorado que desenvolve as tarefas.

GRÁFICO 23- Responsabilidade pelas tarefas domésticas do lar

Ao refletirmos que a maior parte dos(as) docentes que participaram da pesquisa são mulheres (correspondem a 77,4% dos participantes), verifica-se que são elas que em grande parte estão sendo responsabilizadas pelos cuidados com o lar. Se levarmos em consideração que as tarefas domésticas são múltiplas e que demandam bastante tempo para serem realizadas, podemos inferir que os(as) docentes estão passando a maior parte de seu tempo nessas tarefas, o que por sua vez pode impactar nas atividades desenvolvidas por meio do trabalho remoto, caso venham a ser desenvolvidas, já que também demandam um tempo considerável para ser realizado.

Ao serem questionados(as) sobre os seus sentimentos sobre o momento atual da educação na pandemia, 66,7% dos(as) docentes entrevistados(as) afirmaram que o momento é de insegurança. Para 19,5% o momento é de medo. Para 9,4% é de tranquilidade. E para 4,4% é de indiferença.

GRÁFICO 24 - Sentimentos sobre o momento atual da educação na pandemia



Ao analisarmos as respostas dos(as) participantes, verificamos que em sua grande maioria estes(as) se sentem inseguros(as) diante da pandemia. Ao refletir sobre esse número, podemos inferir que essa situação de insegurança se deve principalmente às incertezas que estão relacionadas com o retorno das atividades de ensino presenciais.

A partir dos comentários que os(as) participantes realizaram podemos verificar tal situação, como, por exemplo, quando a participante comenta "Como professora me sinto isolada dos acontecimentos que envolve o retorno. Não tive nenhuma base para isso. Na ed infantil é muito difícil a realidade do distanciamento entre essa faixa etária de aluno." Deste modo, as inseguranças se tornam ainda maiores se levarmos em consideração que os protocolos para o retorno das atividades presenciais nas escolas ainda estão sendo pouco debatidos, e com isso os(as) docentes não se sentem seguros(as) para retornarem ao seu cotidiano de trabalho nas escolas".

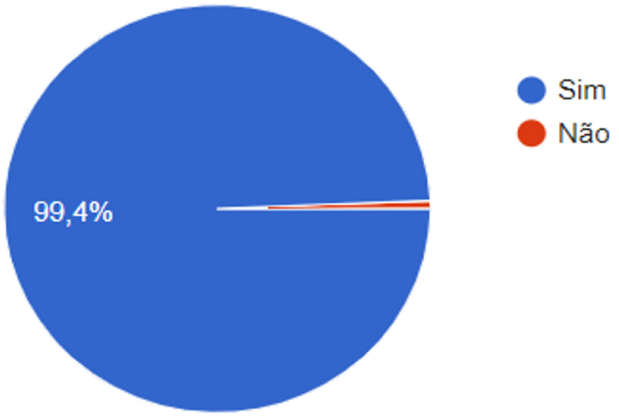
Nesse sentido, o sentimento de medo é bastante compreensível, visto que o retorno é considerado por muitos como arriscado/inseguro, em virtude de ainda não existir uma vacina para a doença. Esses medos estão diretamente relacionados com a realidade do sistema de ensino do município de Breves, que é marcado por precariedades que estão ligados principalmente a questão estrutural das escolas.

Neste cenário, muitos estabelecimentos não contam com salas suficientes e adequadas, com banheiros em condições de uso, e conforme relatos dos(as) docentes pesquisados(as), há até mesmo a falta de água. Assim o retorno às atividades presenciais é encarado por muitos como um grande risco para alunos, professores e funcionários, que conforme a realidade apresentada poderão se expor a riscos caso não haja um planejamento adequado a realidade imposta pela pandemia do novo Coronavírus.

7. ACESSO À INTERNET E ELUCIDAÇÕES SOBRE O ENSINO REMOTO

Em relação ao uso e acesso à Internet em casa, apenas um, entre os(as) 159 participantes afirmou que não tem acesso. A pesquisa TIC domicílios 2019[9] mostra que três em cada quatro brasileiros acessam a internet, o que equivale a 134 milhões de pessoas. Contudo, mesmo com o aumento na quantidade de usuários e serviços online utilizados, ainda persistem diferenças de renda, gênero, raça e regiões.

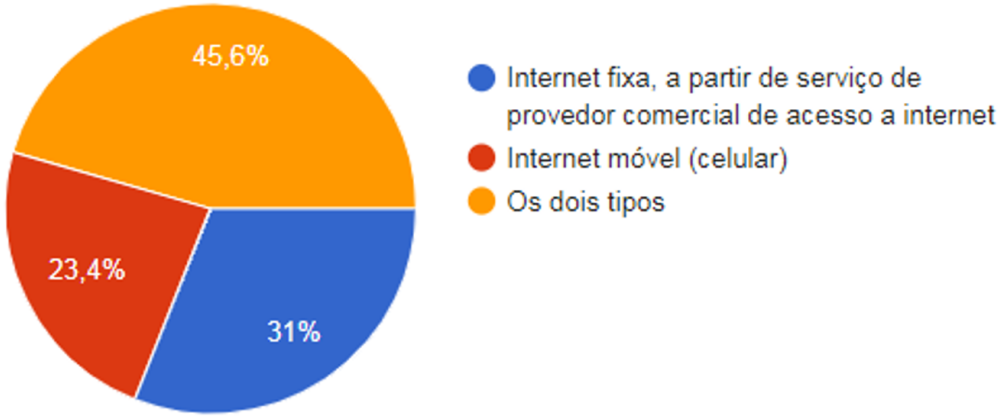
GRÁFICO 25 - Docentes que dispõem de acesso à Internet em casa



Para 45,6% dos(as) docentes, a conexão se dá tanto por Internet fixa, a partir de serviço de provedor comercial como por dados móveis (celular). Para 31% o acesso é somente via Internet fixa, e 23,4% dispõem de acesso somente dados móveis.

[9] https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-05/brasil-tem-134-milhoes-de-usuarios-de-internet-aponta-pesquisa

GRÁFICO 26 - Tipo de conexão à Internet utilizada pelo(a) docente



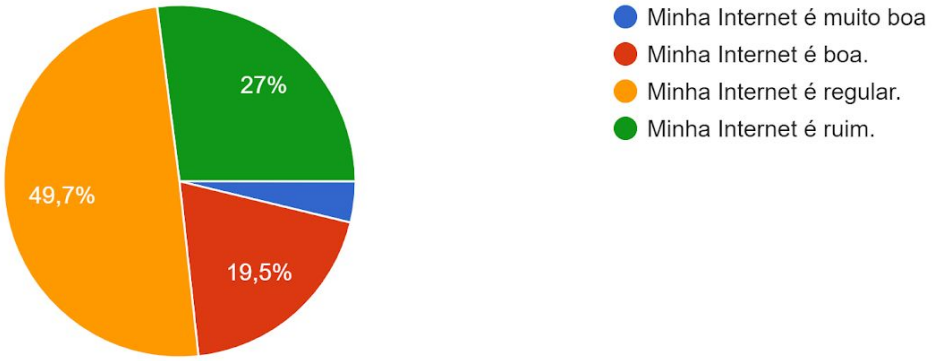
Estudo da Análise Econômica Consultoria[10] mostra que aproximadamente 30% da população brasileira não tem acesso algum a internet e somente 15 a cada 100 pessoas possuem internet banda larga em casa. Das 225,3 milhões de linhas telefônicas móveis, quase 30% não dispõem da tecnologia 4G e aproximadamente 111 milhões delas estão na modalidade de pré-pago. O mesmo estudo revela que cerca de 49% de todas as linhas telefônicas móveis e 55% de todos os acessos à internet banda larga fixa estão na região sudeste do Brasil.

Seis docentes indicaram os principais motivos que dificultam o uso de serviço de acesso à Internet: Falta de condições financeiras para arcar com os custos do serviço de internet; Falta de condição financeira para arcar com os custos de equipamentos eletrônicos para acessar a internet; Falta de interesse de acessar a internet; Não há disponibilidade de sinal.

Importante observar que o fato de o(a) docente acesso à internet em sua casa não significa que o serviço é bem avaliado: para 49,7% (79) a qualidade do serviço é regular, 27% (43) consideram que é ruim, enquanto que apenas 3,8% (6) avaliam que a qualidade é muito boa e 19,5% (31) afirma que o serviço é de boa qualidade.

[10] https://www.jornalcontabil.com.br/30-da-populacao-brasileira-nao-tem-acesso-a-internet/

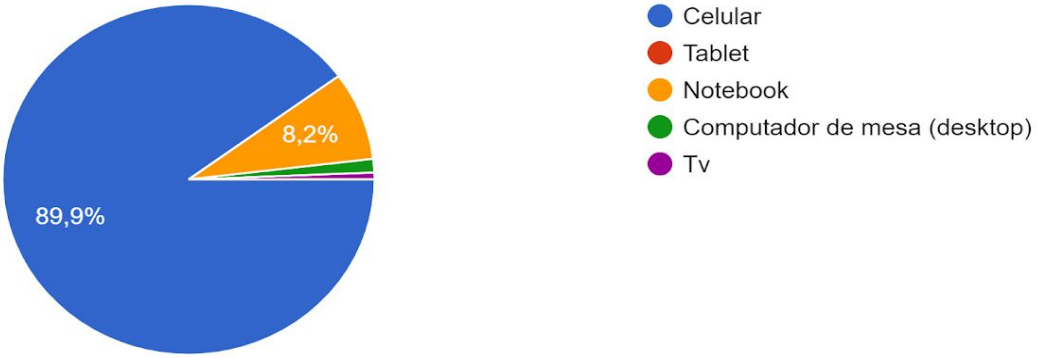
GRÁFICO 27 - Nível de satisfação com o funcionamento da Internet



Considerando o acesso à Internet de forma mais comum entre os ambientes de trabalho, casa, *lan house*, casa de amigos, locais públicos, 92,5% (147) dos(as) docentes afirmaram que a forma mais comum é de casa. São 5% (8) que que conectam mais do trabalho e 2,5% (4) da cassa de amigos.

O dispositivo mais utilizado para conexão à Internet é o celular, pois é a realidade de 89,9% (143) dos(as) docentes. Para 8,2% (13) o notebook é o mais utilizado. Apenas 1,3% (2) respondeu que é o computador de mesa e 0,6% (1), a TV.

GRÁFICO 28 -Dispositivo mais utilizado para conexão à Internet



A pesquisa PNAD contínua IBGE mais atual é a do ano de 2018, publicada em 2020[11]. Nela, consta que o percentual de domicílios que utilizavam a Internet subiu de 74,9% para 79,1%, de 2017 para 2018. O equipamento mais usado para acessar a Internet foi o celular, encontrado em 99,2% dos domicílios com serviço. O segundo foi o microcomputador, que, no entanto, só era usado em 48,1% desses lares. Já o acesso pela televisão subiu de 16,1% para 23,3% dos domicílios com internet, de 2017 para 2018.

A pesquisa mostra ainda que dentre os equipamentos utilizados para navegar na rede, o celular se aproximou de alcançar a totalidade (99,2%) dos domicílios com acesso à internet. Em 2017, este percentual estava em 98,7%. Verificou-se ainda tendência de crescimento no percentual daqueles que utilizaram somente telefone móvel: em 2016 era 38,6%, passou para 43,3% em 2017 e para 45,5% em 2018.

Considerando a especificidade da região Norte, no referido ano da pesquisa, o percentual de domicílios com banda larga fixa era de apenas 53,4%, enquanto nas demais regiões essa proporção variava entre 74,7% e 78,5%. Na região, a rede móvel tem percentual de uso de 89,7%.

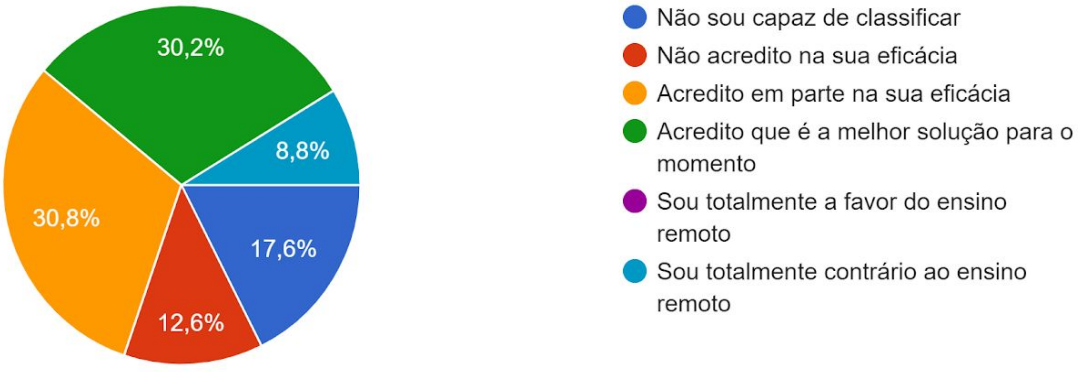
Quando questionados (as) sobre alguma experiência com Ensino Remoto/Virtual e como avaliam essa experiência/condição caso fosse/seja necessário trabalhar dessa forma, as respostas foram as seguintes: 42,8% responde que não viveu experiências e nem se sentem preparados para trabalhar de forma remota; 26,4% (42) vivenciaram alguma experiência, mas não se sentem preparados; 17% (27) não tiveram experiência experiência, mas se sentem preparados(as); 11,9% (19) vivenciaram experiências e se sentem preparados(as); os demais 1,8% equivalem a três docentes que preferiram escrever, sendo que um comentou: “sim tenho alguma experiência na área”; os outros dois: “Não tenho experiência”.

[11] https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27515-pnad-continua-tic-2018-internet-chega-a-79-1-dos-domicilios-do-pais

GRÁFICO 29 - Experiência com o ensino remoto virtual e avaliação sobre a referida prática

Quando solicitados(as) a avaliarem o ensino remoto, os(a) docentes fizeram a seguinte avaliação: 49 docentes responderam que acreditam em parte na sua eficácia; 48 afirmam que é a melhor solução para o momento; 28 afirmam que não são capazes de classificar; 20 dizem não acreditar na sua eficácia e 14 são totalmente contrários à referida possibilidade.

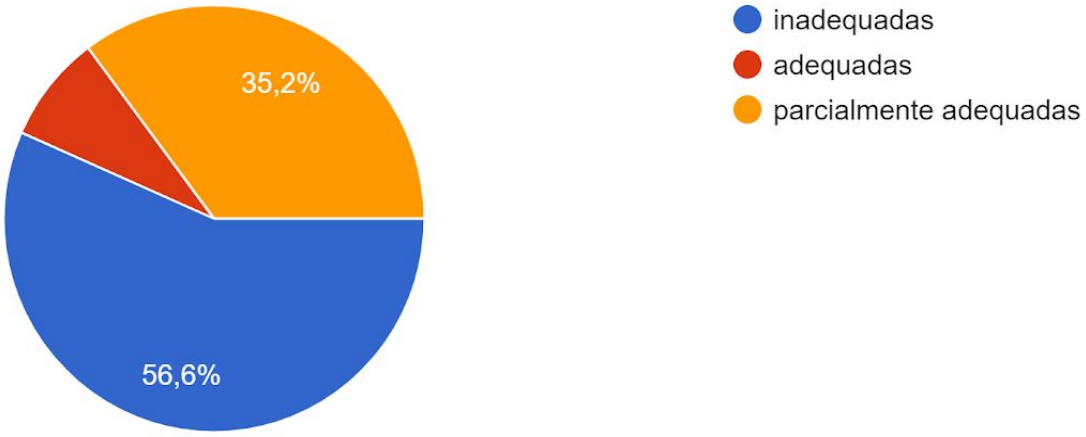
GRÁFICO 30 - Classificação do ensino remoto a partir da opinião docente



Saraiva, Traversini e Lockmann (2020), ao analisarem a experiência do Ensino Remoto no estado do Rio Grande do Sul consideram que a responsabilidade pelo funcionamento da experiência foi delegada aos próprios docentes. “Nem escolas, nem redes de ensino, conseguiram, em um primeiro momento, desenvolver planejamentos abrangentes e produzir orientações claras sobre como os docentes deveriam proceder” (p.17).

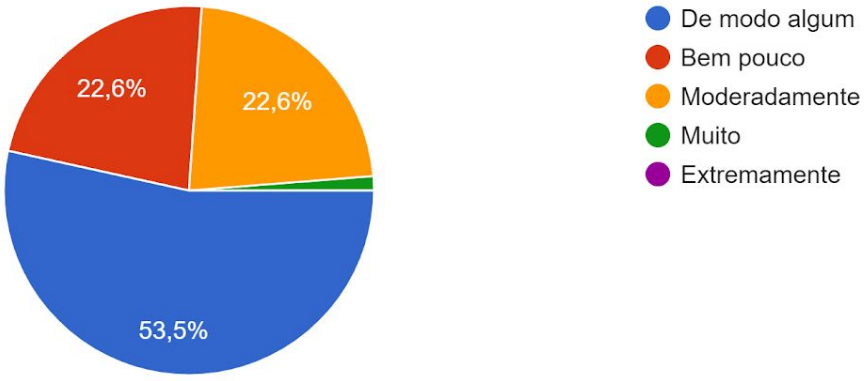
Os(As) docentes também foram questionados sobre a avaliação que fazem das condições estruturais das escolas em que trabalham, considerando um possível retorno às aulas presenciais (Gráfico 31). As respostas foram: 90 docentes consideram que as condições são inadequadas; 56 responderam que são parcialmente adequadas e 13 docentes afirmam que as escolas estão em condições adequadas.

GRÁFICO 31 - Condições infraestruturais da escola em que trabalha



Quando perguntados(as) se consideram seguro o retorno às aulas presenciais, as respostas foram: 85 docentes responderam que *de modo algum*; 36 responderam *bem pouco*; 36 docentes afirmam que é *moderadamente seguro*; 2 docentes consideram muito *seguro.*

GRÁFICO 32 - Opinião sobre o retorno às aulas presenciais no período da Pandemia



Em entrevista publicada na Revista Leia Escola, a pesquisadora Denise Araújo considera que:

> Nesse momento, não é possível dizer que a educação remota tem substituído a educação presencial. Primeiro pelas condições emocionais que afetaram a todos nós. Segundo pela crise política que vem se arrastando no país antes da pandemia. Terceiro, pelas próprias limitações da educação que mostrou que não tem condições de sequer oferecer um ensino remoto eficaz, sobretudo para os alunos das classes trabalhadoras. Nós descobrimos, enquanto sociedade, que muita gente tem celular, mas não tem Internet. Às vezes têm um celular de boa qualidade e de última geração, porque ele é um instrumento de ostentação e de poder na sociedade, mas não têm Internet (ARAÚJO in ARAÚJO; PEREIRA, 2020, p. 232)

A afirmação da pesquisa é bastante representativa do cenário, da realidade em que se encontram muitos(as) docentes que responderam a pesquisa. Possivelmente, a mesma realidade de alunos também. Um dos problemas que tem ocorrido em relação à experiência do Ensino Remoto é "... que os professores estão usando seus próprios recursos para ensinar. Eles estão usando o celular pessoal e a Internet. Isso é uma sobreposição do institucional em relação ao particular do professor" (idem).

Nessa direção

> [...] O resultado é a mera "digitalização" das aulas presenciais em vídeos de longa duração, compartilhamento de apresentações de PowerPoint de aulas e textos online que seriam indicados para leitura no formato presencial, assumindo-se como "a mesma coisa". Preocupações com qualidade da educação, inclusão social e igualdade de acesso são secundarizadas e convertidas em problemas meramente técnicos (ANDES, 2020, p. 13),

É importante, portanto, reconhecer que a realização de atividades remotas necessita de vários elementos para que a experiência seja a mais concretizável possível. Ela exige condições de trabalho adequadas e, por isso, as instituições que articulam/demanda o ensino remoto como obrigatório ou como alternativa devem oferecer as condições (como, por exemplo, de formação e infraestruturais) e possibilidades (acompanhamento e avaliação da experiência) para que os(as) profissionais e discentes tenham condições de acessá-la com garantias de qualidade.

8. PERCEPÇÕES SOBRE O TEMA DA PESQUISA

Nos comentários livres respondidos por 29 docentes, verificamos que a insegurança diante da pandemia está presente em onze comentários e a falta de estrutura e condições sanitárias nortearam dez comentários. Além disso, cinco professores(as) ressaltaram a importância e o conteúdo do questionário, um destacou a importância de enfrentar o COVID-19 e outro avaliou que o questionário mostrou-se tendencioso ao ensino remoto. Percebemos que a maioria dos comentários acenam para a precarização docente considerando tanto as condições psocissociais como as de infraestrutura, ambas estão no centro para uma aprendizagem de qualidade. Sobre isso, chama atenção a contundência de alguns comentários:

> "O tema é fulcral, pois a saúde mental dos profissionais em educação necessita ser considerada no planejamento do retorno às aulas seja gradual ou não";
>
> "Acredito que esse questionário ajudou muito a conhecer a realidade de muitos profissionais da educação, Breves é uma cidade muito carente, onde a educação e a estrutura escolar precisa muito ser mudada em vários aspectos, frente ao que enfrentamos como uma pandemia, que nos pegou de surpresa, onde perdemos vários colegas de trabalho e familiares. Nossa saúde mental ficou muito abalada assim como a de nossos alunos. Acredito que para volta as aulas ainda teríamos que trabalhar a questão psicológica e emocional de muitos pois o vírus ainda não acabou e um mero descuido será fatal, principalmente para familiares de riscos. Espero ter contribuído"
>
> "Algumas escola não possuem nem água própria, depende de carros pipas o que já causava um transtorno imagine agora com a pandemia""
>
> "As escolas municipais não estão preparadas pra retornar suas atividades presenciais, quanto ao ensino remoto o grande problema é a internet que no município é muito ruim".

A fala docente, capturada pelo questionário, nos sugere algumas reflexões de ordem pedagógica e social. Deste ponto de vista, é oportuno destacar que a preocupação docente não é individual, mas absolutamente coletiva na medida em que a comunidade escolar mobiliza pessoas diversas e com peculiaridades de realidades marcadas pela desigualdade social; desconsiderar essa realidade é extremamente incompatível com a base do projeto pedagógico que se quer ético, humano e inclusivo. Por outro lado, as secretarias municipais de educação estão tendo dificuldades ou não estão conseguindo construir diagnósticos capazes de identificar e monitorar os grupos de riscos da comunidade escolar, a infraestrutura sanitária necessária e a percepção psicopedagógica do docente diante de todo esse processo. O que, de

fato, tem implicações diretas para a vulnerabilidade docente presente e, justificadamente, sentida nas falas livremente feitas no questionário.

De outro modo, a emergência sanitária expôs a invisibilidade docente, ou seja, como se o fato de ser professor sobrepunha a condição do ser humano com limites e problemas reais que são invisibilizados para atender as exigentes demandas do ensino no contexto pandêmico. As condições de reais de trabalho, as enormes sobrecargas, a exaustão docente, a frustração com o processo educativo, a depressão contínua e o medo estão presentes no universo que vem sendo simplificado com a máxima "cumprir a missão" ou reduzido a "aula não pode parar". Como garantir o direito à educação numa sociedade em que o Estado desvaloriza e invisibiliza seus professores e produz assimetrias sociais? Na pandemia essa questão reacendeu o papel docente que não se resume a fazer tarefas, a intervenção docente prima pela emancipação quando no processo de aprendizagem professores e alunos constroem percursos a partir da dialogicidade (FREIRE, 1992) e da busca permanente e coletiva da investigação orientada, estimulada, validada e celebrada. O professor inseguro em decorrência da pandemia e envolto numa estrutura precária não conseguirá potencializar o processo de ensino-aprendizagem; este é o fato da realidade objetiva e isso vem gerando adoecimento mental de muitos professores, cooperando para ampliação de outras comorbidades docentes. Minimizar as condições reais do processo de ensino aprendizagem aos aspectos técnicos representa simplificar o desafio maior do projeto pedagógico: a autonomia discente. Isso para dizer que sem o afeto, a socialização plena, a efetiva reflexão coletiva, sobremaneira desafiados em tempos pandêmicos, não se chegará a uma formação cidadã e crítica para um mundo em grande transformação, pois sem um docente reconhecido na sua humanidade plena, portanto com seus predicados e limites, não há "boniteza em ser professor" (FREIRE, 1997, p. 67).

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O questionário online aplicado aos docentes da rede pública municipal de Breves foi importante para compreender aspectos sobre o bem-estar físico, mental e social desses(as) profissionais durante a Pandemia de Covid-19. A análise dos resultados do instrumento permitiu refletir sobre questões relacionadas à crise sanitária e seus impactos sobre aspectos psicossociais dos(as) participantes, assim como sobre a possibilidade de implementação do Ensino Remoto Emergencial durante a pandemia, o que demandou saber sobre condições de acesso à internet, recursos tecnológicos e as experiências com ensino remoto/virtual.

Os(as) docentes que responderam ao questionário estão, em maior parte, na faixa etária 31 a 45 anos de idade, sendo que 77,4% são mulheres. Atuam nos seguintes níveis: Educação Infantil (72 docentes), Anos iniciais (62) e Anos Finais do Ensino Fundamental (58). Informação que permite a verificação de que houve um equilíbrio na participação dos(as) profissionais desses diferentes níveis de ensino.

A maioria autodeclara-se parda e afirma não fazer parte de comunidades tradicionais. Prevalece o quantitativo de docentes que exercem a atividade sem atuar em outra função. São 19 os que atuam na coordenação pedagógica, 8 na direção escolar e 3 que afirmaram exercer a função de vice-diretor.

Houve preponderância de respostas por parte dos(as) docentes vinculados à zona urbana, concursados(as) e que atuam em turmas regulares. Tal informação mostra que é preciso dar atenção às escolas do campo/ribeirinhas, desde como a informação chega até eles(as) à motivação que os(as) mesmos(as) possuem para desenvolver suas atividades.

Em relação ao tempo de experiência, predomina o quantitativo de docentes que possuem entre 7 e 10 anos de atividades. Um período considerável para acúmulo de experiências, conhecimento da realidade, bem como de possibilidade maior de participação no âmbito da discussão das políticas públicas educacionais.

A maior concentração dos grupos familiares dos(as) docentes participantes da pesquisa está na quantidade de 3 a 5 pessoas, que somam 70,4% do total da situação de residentes nos domicílios.

Em relação ao acesso à água potável, enquanto 58,5% dos(as) docentes dispõem de acesso, 41,5% informa não ter acesso ou apenas em parte. No caso da energia elétrica 96,9% dispõem do serviço e 3,1% tem acesso em parte. Quanto ao acesso a esgoto adequado, 49%

dos(as) professores(as) afirmam ter acesso e 51% responderam que não têm acesso ou apenas em parte.

No que se refere às atribuições na rotina de casa, 99,4% responderam que tiveram/têm atribuições em suas residências. Considerando que 77,4% se declararam do sexo feminino é possível que boa parte das respondentes sejam mães, as atribuições estão ligadas com a saúde dos familiares (79,2%); tarefas domésticas (68,5%); cuidados com filhos, idosos ou parentes (70,4%), além de outras responsabilidades (17,6%). Em complemento à hipótese elaborada está a informação de que quando questionados(as) se havia pessoas do grupo de risco ou que necessitasse de cuidados, o maior percentual das respostas (59,7%) refere-se ao cuidado com crianças. Porém, no grupo familiar há também pessoas hipertensas (47,8%), pessoas idosas (47,2%), diabéticas (23,9%), com doenças crônicas (23,3%), pessoas obesas (17,6%). Somente 7,5% dos(as) docentes afirmaram não ter nenhuma pessoa com tais características em seu grupo familiar.

Com relação à infecção por Covid-19 no grupo familiar, a maioria (44%) respondeu que não houve infecção no seu grupo familiar e considerando apenas casos de infecção em docentes, os dados apontam que 71,7% dos(as) professores(as) não foram infectados(as) por covid-19, o que mostra que as regras de isolamento social foram muito válidas para preservar a saúde dos(as) profissionais dessa categoria. Em 11,3% das famílias dos(as) docentes houve casos de óbitos. É um percentual alto, considerado o número de óbitos (87) registrados no município de Breves por Covid-19 até o dia 04/10/2020.

Quanto ao ânimo dos(as) professores(as), o sentimento de *razoavelmente animado(a)* é o mais frequente. Neste critério não houve redução, a cada mês aumenta o número de docentes que se consideram razoavelmente animados(as).

Em relação à saúde mental, exatamente 100 docentes se autoavaliaram como ruim, péssima ou regular durante o período da Pandemia, o que mostra que a Covid-19 trouxe consequências não apenas para a saúde física desses profissionais e seus respectivos grupos familiares.

Há um elevado quantitativo de docentes (97) que se sentem ansiosos(as) e com o sono alterado (93). A maioria não sente falta de apetite, mas expressivo número (93) está cansando com facilidade ou em parte, assim como os que se sentem nervosos/tensos/aflitos/ preocupados (85).

No que diz respeito aos atendimentos de saúde, a maioria (105) depende do Sistema Único de Saúde (SUS). Os atendimentos mais necessários aos docentes no período da

pandemia foi atendimento ambulatorial, seguido por atendimento psicológico e, depois, internação hospitalar. Em sua grande maioria os(as) docentes se sentem inseguros(as) diante da pandemia.

Em relação às tecnologias e acesso à Internet, dentre os(as) 159 docentes, apenas um informou que não dispõe de Internet em casa. Porém, para a maioria (76,7%), o serviço de conexão é ruim ou regular. Além disso 143 professores(as) responderam que o dispositivo mais utilizado para conexão à Internet é o celular, o que limita o uso de recursos/aplicativos ampliados tal como no notebook ou computador de mesa, por exemplo.

Quando questionados(as) sobre o Ensino Remoto/Virtual, 71,2% dos(as) docentes não se sentem preparados(as) para tal experiência. Por sua vez, 28,9% se sentem preparados(as). Para 48 docentes o ensino remoto é a melhor solução para o momento; 49 docentes responderam que acreditam em parte na sua eficácia; 28 afirmam que não são capazes de classificar; 20 dizem não acreditar na sua eficácia e 14 são totalmente contrários à referida possibilidade. Esses números demonstram um equilíbrio grande entre as opiniões, o que revela as muitas incertezas que existem quanto à prática do ensino remoto.

Já em relação às condições estruturais das escolas em que trabalham, a maioria (90 docentes) considera que as condições são inadequadas para o retorno às aulas presenciais no período da pandemia. Se somarmos aos que assinalaram parcialmente adequadas, o número sobe para 146 docentes. Isso implica diretamente para que 121 docentes opinem que o retorno às aulas presenciais não é seguro de modo algum ou bem pouco seguro.

Por fim, na seção de comentários livres respondidos por 29 docentes, verificamos a sensação de insegurança diante da pandemia e a falta de estrutura e condições sanitárias das escolas. Percebe-se ainda que os(as) docentes sinalizam para a precarização docente considerando tanto aspectos psicossociais como as de infraestrutura.

A partir dos resultados é fundamental que qualquer tomada de decisão leve em consideração as manifestações dos(as) profissionais apresentadas neste relatório. A construção do diálogo é essencial, visto que, sem vacina para a Covid-19, há um temor pelo retorno ao ensino presencial, bem como não se avalia possível a prática do ensino remoto.

REFERÊNCIAS

ANDES. Projeto do capital para a educação, volume 4: O ensino remoto e o desmonte do trabalho docente. 2020. Disponível em <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/aNDES-sN-lanca-cartilha-sobre-ensino-remoto-e-o-desmonte-do-trabalho-docente1>. Acesso em 06/10/2020.

ARAÚJO, Patrícia; PEREIRA, Paulo. **Os desafios do Ensino Remoto na Educação Básica**. Entrevista concedida por Denise Lino de Araújo. Revista Leia Escola, Campina Grande, v. 20, n. 1, 2020.

BECK, C; PITANGA,C; PITANGA,F. **Atividade Física e Redução do Comportamento Sedentário durante a Pandemia do Coronavírus**, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0066-782X2020005007201&script=sci_arttext>. Acessado em 04/10/2020 às 12h.

BRASIL, Fundação Osvaldo Cruz. Saúde Mental e Atenção Psicossocial na Pandemia COVID 19, 2020.

DURÃES, Tiago. **Entrevista.** Como vivenciar o processo de luto durante a pandemia de Covid-19. Disponível em: <https://www.ufpe.br/agencia/noticias/-/asset_publisher/VQX2pzmP0mP4/content/como-vivenciar-o-processo-de-luto-durante-a-pandemia-de-covid-19/40615>. Acesso em: 05 Out 2020.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Perfil profissional docente no Brasil**: metodologias e categorias de pesquisas. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

OBSERVATÓRIO MARAJÓ. **Cadernos do Marajó**: 40 dias do Marajó com coronavírus. Edição especial, Observatório Marajó, 2020. Disponível em: <https://www.observatoriodomarajo.org/40diasmarajocovid19>

PARÁ. DECRETO Nº 729, DE 5 DE MAIO DE 2020. Dispõe sobre a suspensão total de atividades não essenciais (lockdown), no âmbito dos Municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Castanhal, Santa Isabel do Pará, Santa Bárbara do Pará, Breves, Vigia e Santo Antônio do Tauá visando a contenção do avanço descontrolado da pandemia do corona vírus COVID-19. **DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO**. Disponível em: <https://www.sistemas.pa.gov.br/sisleis/legislacao/5578#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%20729%2C%20DE%205,conten%C3%A7%C3%A3o%20do%20avan%C3%A7o%20descontrolado%20da>. Acesso em: 05 Out. 2020

PDTSAM. Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó, Brasília, 2007. Disponível em:

<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_desenv_arquipelago_marajo.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SARAIVA, Karla; TRAVERSINI, Clarice; LOCKMANN, Kamila. A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 15, e2016289, p. 1-24, 2020. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em 04/10/2020.

SILVA, ANDREY FERREIRA DA et al . Saúde mental de docentes universitários em tempos de pandemia. **Physis**, Rio de Janeiro , v. 30, n. 2, e300216, 2020 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312020000200315&lng=en&nrm=iso>. access on 06 Oct. 2020. Epub July 24, 2020. https://doi.org/10.1590/s0103-73312020300216

SOUZA, Marina Duarte de. Diante da pandemia mães se desdobram ainda mais para dar conta de família e trabalho. **Brasil de Fato**, 10 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/10/diante-da-pandemia-maes-se-desdobram-ainda-mais-para-dar-conta-de-familia-e-trabalho>.

VILLA, Simone Barbosa. Os formatos familiares contemporênos:transformações demográficas. **Observatorium: Revista eletrônica de geografia**, v. 4, n. 12, p:02-26, dez. 2012.